

MARCIA APARECIDA LOPES BENASSI

**HISTÓRIA, CONHECIMENTO E PRÁTICA POLÍTICA EM NICOLAU
MAQUIAVEL**

**MARINGÁ
2007**

MARCIA APARECIDA LOPES BENASSI

**HISTÓRIA, CONHECIMENTO E PRÁTICA POLÍTICA EM NICOLAU
MAQUIAVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em Política, Movimentos Populacionais e Sociais, linha de pesquisa: Instituições e História das Idéias, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito à obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do professor Doutor José Flávio Pereira.

**MARINGÁ
2007**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

B456h Benassi, Marcia Aparecida Lopes
História, conhecimento e prática política em Nicolau
Maquiavel / Marcia Aparecida Lopes Benassi. -- Maringá :
[s.n.], 2007.
84 f. : il.

Orientador : Prof. Dr. José Flávio Pereira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá. Programa de Pós-graduação em História, 2007.

1.Educação - Sociedade. 2. Educação - Sociedade italiana
- séc. XVI. 3 Educação política. 4. Maquiavel, Nicolau -
1469-1527. I. Universidade Estadual de Maringá. Programa de
Pós-graduação em História. II. Pereira, José Flávio.

Cdd 21.ed. 370.1
320.5

MARCIA APARECIDA LOPES BENASSI

**HISTÓRIA, CONHECIMENTO E PRÁTICA POLÍTICA EM NICOLAU
MAQUIAVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em Política, Movimentos Populacionais e Sociais, linha de pesquisa: Instituições e História das Idéias, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito à obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do professor Doutor José Flávio Pereira.

() provada em-----de-----de 2007

BANCA EXAMINADORA

Dr. José Flávio Pereira (Orientador)
Universidade Estadual de Maringá

Dra. Silvína Rosa
Centro Universitário de Maringá

Dr. José Carlos Gimenez
Universidade Estadual de Maringá

AGRADECIMENTOS

Ao professor José Flávio Pereira, pela orientação, pelo esforço e confiança em todos os momentos dessa caminhada.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, sobretudo aos professores que colaboraram para o meu aprendizado.

Aos professores Renata Lopes Biazotto Venturini e José Carlos Gimenes, pelas sugestões no exame de qualificação.

À minha família, pelo apoio.

A todos aqueles que, de alguma maneira, contribuíram comigo nos momentos decisivos dessa caminhada.

RESUMO

Nosso objetivo, com este estudo, é analisar a concepção de príncipe de Nicolau Maquiavel, autor italiano que viveu entre os séculos XV e o XVI. Nesse período de acelerada decomposição da ordem feudal e também de luta pela construção das instituições modernas, países como França, Espanha e Inglaterra já haviam conquistado a centralização política, isto é, se tornado Nações unificadas e independentes. No entanto, a península itálica permanecia fragmentada. Maquiavel viveu o drama da desordem interna e das invasões externas sofridas pela península, em razão da ausência de um governo centralizado. Esse quadro histórico, que serviu como pano de fundo e como justificativa para o italiano escrever suas obras, resultava, segundo ele, unicamente da ignávia dos líderes políticos, isto é, da incapacidade e da fraqueza dos governantes italianos. Por isso, em *O Príncipe*, ele exortou os italianos a mudar o quadro, propondo a educação de um novo governante. Dotado de virtudes políticas, o novo príncipe seria capaz de unificar a península itálica e transformá-la em uma Nação forte.

Palavras-chave: Mundo Moderno, Nicolau Maquiavel, Educação política, Príncipe.

RÉSUMÉ

Notre objectif dans cette étude est d'analyser la conception de prince de Nicolau Maquiavel, auteur Italien qui a vécu entre les XV et XVI siècles, la période de la décomposition accélérée de l'ordre féodale et aussi de luttes pour la construction des institutions modernes. Différemment des pays comme la France, l'Espagne et l'Angleterre qui avaient déjà conquis la centralisation politique à ce moments là, c'est à dire, qui étaient devenues des Nations unifiées et indépendantes, la péninsule italique est restée fragmentée. Maquiavel a vécu le drame du désordre interne et des invasions externes existantes dans la péninsule, à cause de l'absence d'un gouvernement centralisé. C'est ce cadre historique qui a servi comme arrière-plan et comme raison pour l'Italien écrire ses travaux, parmi lesquels, *Le Prince* dans lequel il fait une exhortation aux Italiens pour qu'ils se rediment d'une telle situation qui, d'après lui, ne résultait que de l'incapacité des chefs politiques, c'est à dire, de l'incapacité et de la faiblesse des souverains Italiens. Maquiavel propose donc l'éducation d'un nouveau prince, afin que celui-ci, une fois doté des vertus politiques, soit capable d'unifier la péninsule italique et de la transformer dans une Nation forte.

Mots-clé: Monde moderne, Nicolau Maquiavel, Education politique, Prince.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. Capítulo I - HISTÓRIA E PRÁTICA POLÍTICA NO OLHAR DE NICOLAU MAQUIAVEL.....	12
1.1 Breve biografia de Nicolau Maquiavel.....	12
1.2 Maquiavel e o momento histórico.....	21
1.3 Os problemas italianos e a educação do príncipe.....	29
2. Capítulo II - O CONHECIMENTO E O PRÍNCIPE MODERNO DE MAQUIAVEL.....	37
2.1 O que deve ser ensinado ao novo príncipe.....	37
2.2 Como se educa esse príncipe.....	42
2.3 Como deve ser o comportamento do príncipe na relação com seus súditos.....	46
2.4 Como deve ser o comportamento individual do príncipe como estadista e líder dos súditos.....	55
3. Capítulo III - O PRÍNCIPE DE MAQUIAVEL E O ESTADO MODERNO.....	64
3.1 O novo príncipe e o Estado Moderno.....	64
3.2 De quais interesses o príncipe deve ser porta-voz.....	67
3.3 A Igreja Católica e o caos italiano.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	82

INTRODUÇÃO

Pretendemos, neste trabalho, analisar a concepção de príncipe defendida por Nicolau Maquiavel, pensador e político italiano que viveu entre os séculos XV e XVI, ou seja, em meio às violentas lutas políticas e religiosas que marcaram a transição do mundo medieval para o mundo moderno.

Nesse momento, a península itálica apresentava uma diferença histórica importante em relação à França, à Espanha e à Inglaterra: ao contrário desses países, a Itália não havia, ainda, conquistado a centralização política. Desunida e fraca política e militarmente, não usufruía as vantagens econômicas e políticas da unificação nacional e tornava-se vulnerável às ameaças externas, sofrendo várias invasões, pois suas ricas cidades eram cobiçadas por outras potências.

Para Maquiavel, havia apenas uma saída para o impasse político vivido pelos italianos: era preciso que um novo príncipe empunhasse a bandeira da criação de uma nova ordem política na Itália. Mas, além da disposição para empunhar tal bandeira, esse príncipe deveria ser virtuoso em termos políticos, qualidade que seria atingida somente por meio da educação política de um líder. Na opinião de Maquiavel, Lourenço de Médici, príncipe de Florença, poderia assumir tal tarefa em virtude de sua reputação, liderança, prestígio, e poder políticos. No entanto, mesmo ele precisava ser educado para adquirir o perfil de príncipe virtuoso e moderno exigido pelos novos tempos.

Essas idéias aparecem no conjunto da obra de Maquiavel, mas é em seu pequeno livro chamado **O Príncipe** que ele expõe, de forma mais incisiva, as desgraças

políticas vivenciadas pelos italianos e, ao mesmo tempo, tenta persuadi-los das possíveis saídas políticas para a situação.

Com o propósito de mostrar como esses aspectos aparecem na obra de Maquiavel e abordar como deveria ser educado o novo príncipe para governar o Estado moderno, agradando o povo sem desagradar os poderosos, dividimos a análise em três capítulos.

No primeiro, procuramos situar Maquiavel em seu momento histórico. Além de uma breve biografia do autor, apresentamos o quadro histórico que o levou a escrever suas obras e damos destaque a um exemplo do que ele considerava ser príncipe virtuoso. César Bórgia, em alguns aspectos, seria um modelo a ser imitado pelo príncipe novo no propósito de mudar a situação política italiana. Procuramos mostrar, também, que toda a teoria de Maquiavel foi fundamentada na experiência histórica, passada e presente, da humanidade.

Abordamos, no segundo capítulo, o que, na concepção de Maquiavel, deveria ser ensinado para que o príncipe estabelecesse um Estado forte, unificado, que trouxesse segurança e equilíbrio aos homens e, desta forma, ganhasse o apreço do povo, seu mais importante aliado, sem desagradar os poderosos. Analisamos, em detalhes, como seria a educação desse príncipe moderno; como deveria ser seu comportamento e quais interesses deveria encarnar nesse novo perfil. Discutimos também o comportamento individual do príncipe como estadista e líder dos súditos e os cuidados que ele deveria ter para se consolidar nessa posição.

No terceiro capítulo, considerando-se as mudanças características da transição renascentista, procuramos identificar os interesses políticos, econômicos e sociais dos quais o príncipe deveria ser porta-voz, isto é, de quais classes e interesses ele deveria se aproximar ou se distanciar. Buscamos também analisar

como Maquiavel faz duras críticas a incapacidade e ao conservadorismo da Igreja Católica para solucionar os problemas políticos da Itália naquele momento.

Para concluir essa breve introdução, reproduzimos, aqui, a opinião de um estudioso de Maquiavel, Francisco Weffort, porque ela expressa a orientação que procuramos seguir em nossa análise:

(...) a maior homenagem que se pode fazer a esses homens de gênio é reconhecer a ligação entre as suas idéias e as lutas históricas das épocas nas quais viveram.

(...) a melhor maneira de alguém tomar contato com as idéias dos clássicos é ler os próprios clássicos (Weffort, 2004: 7-8).

CAPÍTULO I

HISTÓRIA E PRÁTICA POLÍTICA NO OLHAR DE NICOLAU MAQUIAVEL

Face à Itália de sua época – dividida, corrompida, sujeita às invasões externas – Maquiavel não tinha dúvidas: era necessário sua unificação e regeneração (Sadek, 2004: 21).

Neste capítulo, iremos situar Maquiavel em seu contexto histórico. No primeiro item, faremos uma exposição dos aspectos principais de sua biografia e, no segundo, uma análise da Itália desunida e invadida de seu tempo. Nosso objetivo é entender o quadro histórico que lhe serviu de inspiração e também de justificativa para sua proposta de educação do novo príncipe italiano.

1.1 Breve biografia de Nicolau Maquiavel

Nicolau Maquiavel nasceu em Florença, Itália, no dia 3 de maio de 1469. Sua mãe, Bartolomea Nelli, foi uma poetisa diletante que “compôs laudes e hinos à Virgem Santa” (Grazia, 1993: 13), e seu pai, Bernardo Maquiavel, um advogado estudioso das humanidades. No dizer de Aranha (1993: 34), “logo que apareceram os primeiros livros produzidos pelos recursos da nova imprensa de Gutenberg”, o pai de Maquiavel “costumava tomá-los emprestados” para lê-los. É, portanto, possível que o autor tenha adquirido o hábito de ler por influência do pai, além, é claro, de ter tido bons professores desde muito pequeno.

Conforme registros de seu pai, Nicolau Maquiavel “foi enviado a seu primeiro professor aos sete anos, aos onze começou a receber lições de um mestre de ábaco (...) e aos doze ele estava se enfronhando na literatura latina” (Grazia, 1993: 13). Maquiavel cresceu lendo os clássicos, mas isso não quer dizer que tenha tido uma vida luxuosa; assim como seu pai, ele viveu modestamente. Prova disso é que, após anos dedicados aos assuntos políticos florentinos, ele possuía apenas uma pequena propriedade herdada da família e que se situava em Sant’Andrea in Percussina, povoado situado perto de San Cascian, cerca de vinte quilômetros de Florença. Com efeito, aos quarenta e três anos de idade, ele apresentava orgulhosamente a “lealdade” como um dos testemunhos de sua “pobreza” (Maquiavel, 1983: 153).

Além de se autodenominar leal, Maquiavel dizia também ser um homem fiel, embora essa fidelidade não se estendesse à vida conjugal. Pelas informações encontradas, casou-se, aos trinta e dois anos de idade, com Marietta di Luigi Corsini, com quem teve cinco filhos, mas teve também várias amantes, dentre as quais a cantora Bárbara Salutarì. Por isso, como esclarece o próprio Maquiavel, fiel mesmo ele foi com sua Pátria. Durante “os quinze anos” dedicados ao estudo da arte de governar, afirmava ele que não dormira nem brincara e, por isso, da sua “fidelidade não se deveria duvidar” (Maquiavel, 1983: 152).

Sua fidelidade, porém, não foi suficiente para livrá-lo do exílio. Diz Sadek (2004) que, em 1512, Maquiavel foi demitido do cargo público que exerceu durante quinze anos na república florentina, em funções diplomáticas. Além disso, foi proibido de abandonar o território florentino pelo espaço de um ano, ao mesmo tempo em que não podia ter acesso a qualquer prédio público. Em 1513, sua situação se complicou ainda mais: acusado¹ de tomar parte numa fracassada

¹ Essa acusação, embora diga respeito ao quadro de vida particular do florentino, não pode ser desvinculada do contexto histórico-social que serviu de inspiração para suas obras. Sem essa

conspiração contra o governo dos Médici, família poderosíssima de Florença, recebeu pena de exílio.

As razões dessa seqüência de desgraças que aconteceram com Maquiavel ficam mais claras quando estudamos o processo de formação do poderio dos Médici em Florença, cidade que se dizia republicana, mas que, por várias gerações viveu sob o domínio dessa família².

Segundo Skinner (1996: 135 -136), no ano de 1434, Cosme de Médici constituiu e dirigiu uma “oligarquia política”. No entanto, o passo definitivo na instituição do despotismo em Florença foi dado em 1480, quando o neto de Cosme, Lourenço, o Magnífico, conseguiu criar o Conselho dos Setenta, cujos membros eram, em sua maioria, correligionários. Esse órgão tornou-se permanente e recebeu poderes quase completos sobre os negócios da República. Nessa mesma época, de acordo com o referido autor, um dos opositores dos Médici teria afirmado que “o resultado de todas essas “reformas” tinha sido a criação de um regime no qual “nenhum magistrado se atrevia, sequer nos assuntos mais íntimos, a decidir o que quer que fosse” sem antes obter o aval do Magnífico³.

Para se ter uma idéia da dimensão desse poderio, conforme destaca Aranha (1993: 28), as companhias de comércio dos Médici, por volta do século XV, tinham ponto nas principais cidades italianas e européias, como “Roma, Veneza, Gênova,

conexão não é possível entender o pensamento do autor. No próximo item, abordaremos sua ocupação na república florentina, pois foi como representante da república florentina que Maquiavel ocupou o centro dos assuntos políticos e diplomáticos na Itália e também fora dela.

² “A partir do ano de 1434, Florença foi submetida ao poder da família Médici, que eram os maiores banqueiros da cidade e estavam entre os mais importantes da Europa” (Pinzani, 2004: 10 – 11).

³ Entretanto, é importante ressaltar que os Médici não eram os únicos florentinos poderosos na época. Como exemplifica Aranha (1993: 27), existiam também outras famílias poderosas em Florença como os Acciaiuoli, os Peruzzi e os Strozzi. Outro exemplo, segundo Grazia (1993: 17), eram os Pazzi, “os rivais mais próximos dos Médici”. De qualquer forma, os Médici se destacavam, não somente pelo império financeiro que conseguiram constituir, mas, também, pela influência direta que, em razão desse poder econômico, exerciam sobre o destino político da cidade.

Bruges, Londres, Avinhão e Milão”. Sua riqueza devia-se também, como prossegue a autora (Aranha,1993: 28), à grande massa monetária de giro que eles conseguiram como “depositários da Câmara Apostólica da Cúria, do dinheiro de toda a cristandade e também fortunas dos cardeais”. Além disso, eles “sabiam como ninguém manipular as situações a seu favor, como ocorreu, por exemplo, quando o papado lhes concedeu o monopólio da extração do alume, minério importante para a fixação de corantes utilizados na tintura da lã e da seda”.

Entretanto, após a morte de Cosme, o poderio da família Médici foi decaindo aos poucos. De 1469 a 1492, com firmeza, Lourenço de Médici, o Magnífico, ainda conseguiu controlar o poder. De acordo com Pinzani (2004: 11), Cosme e Lourenço favoreceram uma “política pacificadora” e Lourenço ficou até mesmo conhecido como o artífice da chamada “política do equilíbrio”. Contudo, após sua morte, “O rei da França Carlos VIII, invade a península e consegue dominá-la de Norte a Sul” (Sadek, 2004: 15). Piero de Médici, filho de Lourenço, não estava preparado para governar e reagiu de maneira desastrosa, de forma que os franceses não encontraram resistência interna alguma. Ele foi exilado e os Médici, enfraquecidos, não conseguiram impedir que o partido republicano os expulsasse do poder político.

Subiu ao poder, em 1494, o frei Girolamo Savonarola, um monge dominicano “que pregava contra a corrupção política e a degeneração dos costumes, cuja causa ele identifica com o domínio dos Médici” (Pinzani, 2004: 12). Savonarola buscava, com isso, a restauração da república florentina.

Foi nessa época, um dos raros períodos em que os Médici foram depostos do poder, que Nicolau Maquiavel, com aproximadamente vinte e nove anos de idade, entrou na vida política florentina. Nesse momento, Savonarola, que fazia oposição à autocracia dos Médici, também criticava “com veemência a corrupção da Igreja e

diretamente o papa Alexandre VI” (Aranha, 1993; 28). Em razão de suas duras críticas, em 1498, Savonarola, acusado de heresia, foi condenado, enforcado e queimado em praça pública. Florença passou por quatro anos de instabilidade política e, durante esse período, “O governo da cidade ficou nas mãos das famílias excluídas do poder pelos Médici” (Pinzani, 2004: 12).

De 1502 a 1512, Piero Soderini governou como gonfaloneiro de Florença. Maquiavel, que ocupava a Segunda Chancelaria e cuidava dos assuntos internos e militares, freqüentemente, assumia tarefas da Primeira Chancelaria, cuidando também da política externa. Em consequência disso, executou várias e importantes missões diplomáticas para o governo florentino, ocupando posições de considerável responsabilidade na administração do Estado. Essas experiências, sem dúvida, foram de grande valia para ele.

Como assinala Rodrigo (2002: 21), Maquiavel, nas “várias missões diplomáticas de que participou teve ocasião para conhecer os bastidores da política”. As que mais o encantaram, nas palavras de Aranha (1993: 35-36), “foram aquelas em que acompanhou César Bórgia, filho do papa Alexandre VI”. Ao todo, segundo a referida autora, Maquiavel assumiu cerca de vinte missões diplomáticas: quatro na França, duas na Alemanha, duas em Roma, duas com César Bórgia. As demais ocorreram em diferentes cidades e com diversos graus de importância. Para prestar contas dessas missões à república florentina, Maquiavel fazia registros de tudo o que via e ouvia sobre ação política em relatórios, anotações, cartas, entre outros documentos. Desse modo, à medida que os relatórios revelavam “o discernimento do político observador e o talento desse intelectual arguto” (idem), sua reputação aumentava.

Em 1512, contudo, o governo republicano da cidade caiu e os Médici recuperaram o poder. Piero Soderini foi deposto e Maquiavel, exonerado das funções que exercia, foi proibido de entrar no palácio do governo. Em fevereiro de 1513, com quarenta e quatro anos de idade, pelas razões já destacadas, foi preso, torturado e multado. Embora “sua inocência tenha sido provada e ele, libertado, a atmosfera na cidade ficou difícil para ele” (Pinzani, 2004: 8 - 9). Exilado, Maquiavel recolheu-se em sua pequena propriedade, afastando-se do governo florentino.

Entretanto, como observa Rodrigo (2002: 22), “o exílio (...) privou-o das funções que exercia no governo florentino, mas ao mesmo tempo lhe proporcionou condições (...) para produzir suas obras políticas mais importantes, todas elas escritas a partir de 1513”.

Ou seja, Maquiavel não abandonou completamente aquilo de que mais gostava, que era trabalhar por sua Pátria e, mesmo exilado, ele o fez escrevendo grandes obras políticas. Não imaginava, contudo, a notoriedade que, com sua teoria do poder, ele conquistaria na história do pensamento político.

A farta correspondência que o autor manteve com o amigo Francesco Vettori, embaixador de Roma e ligado aos Médici, como mostra Rodrigo (2002:22), “contribuiu para o conhecimento um pouco mais detalhado sobre a vida de Maquiavel”, entre elas, a famosa carta de 10 de dezembro de 1513”. Nessa carta, mostrando as vantagens de um retorno às funções públicas florentinas, Maquiavel pede a Vettori que interceda por si. Inicia relatando seu dia-a-dia no exílio: de manhã cuidava da administração de sua pequena propriedade, à tarde, jogava cartas com amigos simples do povoado numa hospedaria, coisas sem muita importância, mas, à noite, vestia-se com trajes de cerimônia e por quatro horas “dialogava” com homens ilustres do passado.

Instaurou, assim, um fecundo diálogo com autores antigos e contemporâneos, cujo resultado, acrescentado ao conhecimento intelectual adquirido durante toda uma vida de estudos e ao conhecimento dos negócios públicos florentinos, tornou-o, conforme seus próprios argumentos, uma pessoa conhecedora, isto é, um homem “cheio de experiência” (Maquiavel: 1983, 152) e, por isso, importante para sua Pátria.

Tais experiências, de fato, não foram em vão: resultaram em obras perenes, entre as quais está *O Príncipe* ou *De Principatibus*, escrito em 1513. Esse livro, recheado de ensinamentos a respeito de como conquistar Estados e conservá-los sob domínio, caracteriza-se como uma espécie de manual para governantes. Ele dedicou esse livro, grandioso do ponto de vista da história das práticas políticas, a Lourenço de Médici. Embora tenha revelado a “Vettori a intenção de dedicá-lo a Giuliano de Médici (...), acabou dedicando-o a Lorenzo de Médici, neto do papa Leão X” (Pinzani, 2004: 9).

Maquiavel queria, pois, de qualquer maneira e com a maior urgência, “conquistar as boas graças dos novos senhores da cidade” (Skinner, 1996: 139), os Médici, na expectativa de reaver seu cargo na república florentina. Além disso, “tinha a convicção de que o jovem Lorenzo poderia traduzir em ação política os conselhos contidos no livro e tornar-se aquele príncipe destinado a unificar a Itália” (Pinzani, 2004: 10). Porém, para sua infelicidade, Lourenço acolheu a dedicatória com frieza.

Apesar de ele ter fracassado em seu propósito, seu livro, como nos mostra Skinner (1996: 139), “enquanto contribuição ao gênero literário dos livros de conselhos para príncipes, teve um sucesso tão grande que revolucionou o próprio gênero”.

Provavelmente, ele terminou de escrever o livro nos primeiros meses de 1514 e, desde então, conforme Pinzani (2004: 10), o livro já circulava às escondidas. No entanto, ele só foi impresso em 1532, ou seja, cinco anos depois da morte de Maquiavel, em 1527. Nesse sentido, mesmo antes de ter sido impresso, “seu conteúdo já era conhecido nas cortes e nas chancelarias italianas”.

Desde então, a obra se tornou alvo de apreciações, mas também de críticas de toda a ordem (Rodrigo, 2002). Criticada por alguns, exaltada por outros, tornou-se imortal e, de um simples manual, *O Príncipe* transformou-se em um clássico.

É importante ressaltar, porém, que o autor produziu também poemas, contos, peças de dramaturgia. Sua produção foi relativamente vasta, mas, pelo que se lê, foram publicadas em vida somente *Mandrágora* e *A arte da guerra*; as demais obras foram publicadas apenas depois de sua morte.

Entre seus escritos, destacamos o conto *O Demônio que se Casou*, conhecido também como *Belfagor*, o *Arquidiabo*, e a comédia teatral *A Mandrágora*, vista como obra prima do teatro italiano, ambos escritos em 1518. Em 1520, Maquiavel escreveu o diálogo *A Arte da Guerra*, no qual destaca a importante relação entre a política e a guerra, e, em seguida, *A Vida de Castruccio Castracani*, uma espécie de biografia romanceada, baseada na vida de uma pessoa real, um ditador de Luca do princípio do século XIV. Nesse mesmo ano, isto é, em 1520, a Universidade de Florença o contratou para escrever a história da cidade. Maquiavel tornou-se, assim, historiador oficial da república e escreveu *História de Florença*. Esta obra ficou incompleta, mas foi por ele dedicada a Clemente VII, também da família dos Médici.

Crescia, assim, o prestígio de Maquiavel como homem de letras e autor teatral, embora isso não tenha sido suficiente para que ele reconquistasse seu lugar

na República florentina. No dia 21 de junho de 1527, aos 58 anos de idade, desolado, morreu modestamente, na simplicidade de sua pequena propriedade, mas deixou preciosidades. Depois de *O Príncipe*, a obra considerada por alguns como a mais importante é *Os Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, iniciada antes de *O Príncipe* (1513) e concluída logo após (1517).

No entender de Pinzani (2004), em *O Príncipe*, Maquiavel teoriza sobre a maneira de se criar um Estado e identifica o príncipe como o único sujeito capaz dessa tarefa. Já em os *Comentários*, ele se ocupa da questão da estabilidade e da manutenção desse Estado, considerando as instituições republicanas como o instrumento mais apropriado para esse fim. Para Rodrigo (2002), enquanto *O Príncipe* dissecava o funcionamento do principado absoluto, os *Comentários* repensam o regime republicano na modernidade, propondo a imitação dos antigos romanos.

De nosso ponto de vista, em seus escritos, de uma forma ou de outra, Maquiavel luta para melhorar as condições de vida dos homens de seu tempo. Busca uma nova forma de governo que seja apropriada para abrandar a situação caótica vivenciada pelos italianos.

Seu momento histórico foi extremamente conflituoso. Florença era uma das mais ricas e importantes cidades-estado italianas do século XVI; contudo, tal como as demais cidades italianas, ela se encontrava mergulhada em sérias dificuldades políticas e religiosas e os italianos, de modo geral, pagavam um preço elevado por isso. Maquiavel luta, então, pela adoção de um governo absoluto para a Itália, pelo surgimento de um príncipe moderno que pudesse melhorar as condições de vida dos italianos.

1.2 Maquiavel e o momento histórico

Uma grande obra sempre expressa problemas e necessidades da época em que foi escrita e, mais precisamente, da sociedade em que vive ou viveu seu autor. As obras de Maquiavel não fogem a essa regra. Como italiano, ele vivenciou o drama da península itálica na passagem do século XV para o XVI, quando, em meio à acelerada decomposição da ordem feudal, lutou-se pela construção das instituições modernas.

No entanto, embora a Itália tenha sido o berço da economia capitalista e de muitas instituições que serviram de modelo para a sociedade burguesa e, ao mesmo tempo, o ambiente social onde a arte renascentista produziu seus mais belos frutos, faltava-lhe, ainda, como faltava à Alemanha, a centralização política e os relativos benefícios sociais, políticos e econômicos que ela comportava.

Centralizar-se politicamente significava nascer enquanto Estado moderno, um Estado controlado racionalmente por um soberano sempre atento à prosperidade econômica e à segurança de seus governados. Com efeito, em razão da descentralização política, a península itálica sofria sérios problemas. Ela, que se subdividia em múltiplas cidades-estado, algumas delas sujeitas à soberania do Sacro Império Romano-Germânico⁴, não possuía um governo forte que proporcionasse segurança aos italianos. Nesse cenário fragmentado, como mostra Rodrigo (2002: 18), cinco grandes Estados dominavam a cena política italiana: as

⁴ Sacro Império Romano Germânico: "Império formado por Otto I, em 962, no território ocupado hoje pela Alemanha. Corresponde à parte do Império Carolíngio (751-814), dividido após a morte de Carlos Magno (742-814), rei dos Francos. Em 843, pelo Tratado de Verdun, os netos de Carlos Magno repartem o Império: Luís, o Germânico, fica com o território alemão, enquanto Carlos II, o Calvo, recebe a parte correspondente à França; Lotário obtém a parte central do Império, que se estende da Itália ao mar do Norte. Em 962, Otto I, sucessor de Luís, o Germânico, recebe o título de Imperador do Sacro Império Romano-Germânico (...) seus domínios abrangem a porção ocidental da Alemanha, a Áustria, a Holanda (Países Baixos), parte da Suíça, da Polônia e o leste da França. Coroado em Roma, deseja continuar a tradição imperial de Carlos Magno e reivindica o norte da Itália" (Almanaque Abril, 2006: 88).

repúblicas de Veneza e Florença, o ducado de Milão, o reino de Nápoles e os Estados da Igreja. Outros Estados menores, por questão de sobrevivência, eram obrigados a se aliar aos grandes ou se submeter a eles. Desta maneira, fica evidente que as cidades-estado italianas eram governadas “por casas reinantes fracas” (idem).

A ausência de um governo central forte fazia desse cenário um palco de incessantes lutas pela conquista do poder, pelo domínio de territórios e principados, não apenas por italianos, mas também por estrangeiros.

A nova camada de comerciantes em ascensão procurava, de todas as formas, conquistar maior poder e prestígio políticos; ao mesmo tempo, a aristocracia feudal lutava para se manter soberana. Não bastasse isso, as cidades mais ricas também disputavam entre si o controle das principais rotas e centros produtores de matérias-primas e mercadorias, o que as levava a freqüentes lutas pelo controle dos mercados. Diante desse impasse, os italianos sofriam com a desordem interna decorrente dos embates entre os vários potentados e facções, feudais e mercantis, e também com a ocupação e retaliação do território por espanhóis, alemães e franceses, aos quais Maquiavel chama de bárbaros⁵. Afinal de contas, a conquista de algo esfacelado torna-se muito mais fácil ao conquistador.

É preciso lembrar, no entanto, que a gênese dessa estrutura política, conforme diz Rodrigo (2002), remonta ao século XII, quando o norte da Itália perdeu seu caráter feudal com o surgimento das cidades-estado. Na história do mundo Ocidental, depois da Antiguidade, esta foi a primeira aparição de cidades autônomas e auto-suficientes. Inicialmente, tais cidades foram organizadas na forma de repúblicas independentes e, por cerca de dois séculos, sua vida política se

⁵ Para Maquiavel, bárbaros eram os estrangeiros que, aproveitando-se da sua fraqueza política e militar, invadiam a Itália para se apoderar de suas riquezas.

encaminhou centrada na idéia de liberdade, o que implicava tanto o direito de autogoverno como a recusa em se sujeitar à vassalagem que o Sacro Império procurava impor. Assim, cidades como Florença, Veneza, Pisa e Gênova desenvolveram-se defendendo suas constituições republicanas.

Entretanto, no final do século XIII, como esclarece a referida autora, o aumento da violência civil decorrente dos conflitos entre classes e facções feudais e mercantis e também das invasões externas resultou em um processo de “erosão das liberdades republicanas”. Muitas dessas cidades, em razão dos conflitos civis, passaram a defender o governo forte e unificado de um só chefe, em detrimento das liberdades republicanas.

A principal causa da erosão das liberdades republicanas, no entender de Skinner (1996: 45), foram as divisões de classe que se evidenciavam a partir do princípio do século XIII. O avanço do comércio e do intercâmbio deu proeminência a uma nova classe de pessoas, “gente nuova”. Contudo, o povo, classe que enriquecia cada vez mais comerciando nas cidades e na “cantada”, ou campo, dos arredores, não tinha voz nos conselhos governantes de suas cidades, que se mantinham sob o firme controle das famílias poderosas mais antigas. Assim, à medida que essas divisões se acentuavam, aumentavam os conflitos entre o povo e as famílias poderosas antigas que lutavam para conservar seus privilégios oligárquicos.

Diante do que vimos até aqui, percebemos que apesar da Itália desenvolver precocemente uma economia moderna voltada para o mercado, ela ainda praticava uma política feudal.

Com efeito, no século XVI, esta situação tornou-se incontrolável e a ausência de uma nação politicamente unificada implicava também a ausência de um exército nacional. Em razão disso, as contendas internas italianas eram resolvidas por

intermédio da contratação de exércitos mercenários, isto é, de forças estrangeiras, o que, na perspectiva de Maquiavel, viabilizava freqüentes invasões externas.

Em termos comparativos, como afirmava Maquiavel, a situação política dos italianos era pior do que a situação que já havia sido vivenciada por muitos povos no passado, como judeus, persas e atenienses:

(...) a Itália (...) se encontra no momento (...) mais escravizada do que os hebreus, mais oprimida do que os persas, mais desunida do que os atenienses, sem chefe, sem ordem, batida, espoliada, lacerada, invadida (...) (Maquiavel, 1983: 144).

Por isso, ao descrever as agruras de sua época, Maquiavel afirmava que, naquele “desarranjado mundo”, não se encontraria “força nos soldados, virtude nos capitães ou amor dos cidadãos pela pátria” (Maquiavel, 1988: 230); isto teria aberto novamente o caminho aos bárbaros, recolocando a Itália na servidão. Para Maquiavel, se os bárbaros não hesitavam em invadir esse desarranjado mundo é porque nele não havia um “príncipe em condições de atacá-los, e por não estar a Itália unida” (Maquiavel, 1973: 191). A seu ver, essa situação toda resultava em sofrimento para os italianos.

Em linhas gerais, este é o pano de fundo e o motivo de Maquiavel ter escrito suas obras e exortado os italianos a encontrar formas de se redimirem. Nessa exortação, ele se insurgia contra o pessimismo e o fatalismo que tomavam conta dos italianos e conclamava-os a se valer do livre-arbítrio para reverter a situação desfavorável em que se encontravam:

Não ignoro que muitos têm tido e têm a opinião de que as coisas do mundo sejam governadas pela fortuna e por Deus, de forma que os homens, com sua prudência, não podem modificar nem evitar de forma alguma; por isso poder-se-ia pensar não convir insistir muito

nas coisas, mas deixar-se governar pela sorte. Esta opinião tornou-se mais aceita nos nossos tempos pela grande modificação das coisas que foi vista e que se observa todos os dias, independente de qualquer conjectura humana. Pensando nisso, algumas vezes, em parte inclinei-me em favor dessa opinião. Contudo, para que o nosso livre-arbítrio não seja extinto, julgo poder ser verdade que a *sorte seja o árbitro da metade das nossas ações, mas que ainda nos deixe governar a outra metade, ou quase* (Maquiavel, 1983: 139-141) [grifo nosso].

Com esta exortação, baseada na idéia de que a situação política desfavorável tinha sido criada pelos próprios italianos, Maquiavel se contrapunha aos que a atribuíam à má sorte ou ao castigo divino, como era o caso de seu contemporâneo, o monge alemão Martinho Lutero (1483 – 1546). Este, ao analisar a sociedade alemã do século XVI, explicava as loucuras dos príncipes como castigos de Deus por má conduta: “Deus Todo-Poderoso tornou loucos os nossos príncipes” (1995: 6). Na concepção de Lutero, as desgraças aconteciam porque os príncipes “tiveram a audácia de colocar-se no lugar de Deus, de tornarem a si mesmos senhores das consciências e também das crenças e de pretenderem dar lições ao Espírito Santo a partir do que existe em seus cérebros deteriorados” (idem). Já, para Maquiavel, a situação crítica em que se encontrava a península itálica resultava unicamente da *ignávia* dos líderes políticos, isto é, da incapacidade e da fraqueza dos governantes italianos:

(...) esses nossos príncipes que possuíram, por muitos anos, seus principados, para depois perdê-los, não acusem a sorte, mas sim a sua própria *ignávia*: porque não tendo nunca nas boas épocas pensado em que os tempos poderiam mudar (...), quando vieram tempos adversos, pensaram em fugir e não em defender-se (...) (Maquiavel, 1983: 136) [grifo nosso].

E, se se considerarem aqueles senhores que, em nossos tempos, na Itália, perderam seus Estados, como o rei de Nápoles, duque de Milão e outros, encontrar-se-á neles, primeiro, um defeito comum quanto às armas, pelas razões já mencionadas; depois se verá que alguns deles ou foram hostilizados pelo povo ou, no caso contrário,

não souberam neutralizar os grandes, porque sem estes defeitos não se perdem Estados (...) (idem).

Maquiavel se vale de exemplos de governantes italianos que fracassaram porque não souberam garantir a segurança de seus súditos por meio de armas próprias e porque foram incapazes de neutralizar os grandes, sendo também hostilizados pelo povo. Já mencionamos que, para ele, a principal causa da “erosão” das liberdades republicanas das cidades italianas foi a luta entre o povo ou “gente nuova” e as famílias poderosas mais antigas. Essas lutas viabilizaram as invasões externas e, conseqüentemente, aumentaram as privações e as desgraças dessas cidades. Por isso, no entender de Maquiavel, não se podia acusar a sorte pelas desgraças vividas na península. Os príncipes, afirmava, são os únicos culpados por elas existirem.

Eis como ele analisou a trágica invasão de Carlos VIII, rei da França, na península, em 1494:

(...) eis que a atual ruína da Itália não foi causada por outro fator senão o de ter, por espaço de muitos anos, repousado sobre as armas mercenárias (...). Por isso foi possível a Carlos, rei de França, tomar a Itália com o giz; e quem disse que a causa disso foram os nossos pecados, dizia a verdade, se bem que esses pecados não fossem aqueles que ele julgava, mas sim esses que eu narrei, e, como eram pecados de príncipes, estes sofreram castigo (Maquiavel, 1983: 72).

De fato, em razão da entrada dos franceses na Itália em 1494, como afirma Skinner (1996: 134), “a Itália começou a padecer de todas aquelas calamidades que costumam afligir os míseros mortais”, pois Carlos VIII “ submeteu Florença e Roma, avançou a ponta de espada até Nápoles e autorizou seu enorme exército a devastar os campos”. Ainda assim, de acordo com o referido autor, o sucessor de Carlos VIII,

“Luiz XII, efetuou mais três invasões, atacando Milão seguidas vezes e fazendo a guerra tornar-se endêmica por toda Itália”.

Como vemos, a invasão dos franceses mostrou como era fácil entrar na península itálica e, em consequência disso, afirma Pinzani (2004: 13), “outros soberanos estrangeiros seguiram seu exemplo”. Desse modo, “a península tornou-se (...) cenário de longas e ferozes lutas entre a França, Espanha e o Império Alemão, sendo atravessada por exércitos mercenários que levavam consigo violência, devastação e pestilências”.

A fraqueza atingia também a igreja. O papa Júlio II⁶ tentou livrar a península dos estrangeiros e colocar todos os Estados italianos sob sua autoridade, mas também fracassou: “Não libertara (o papa) a Itália dos estrangeiros. Ao contrário, por obra sua estava ela ocupada, pisada por alemães, espanhóis e suíços (...)” (Villari apud Maquiavel, 1973: 239). Por isso, Maquiavel atribuía a responsabilidade pelas desgraças dos italianos também à Igreja Católica. Apesar de possuir e “saborear” o poder temporal, ela se mostrava incapaz de unificar a Itália, mantendo-a dividida entre vários príncipes e senhores:

A razão por que a Itália não se encontra na mesma situação daqueles dois países [França e Espanha], não possuindo um governo único, monárquico ou republicano, é exclusivamente a Igreja, a qual, tendo possuído e saboreado o poder temporal, não tem, contudo, a força suficiente, nem coragem bastante, para se apossar do resto do país, tornando-se dele soberana (...), fez assim com que esta nação não se pudesse reunir sob um só chefe, mantendo-se dividida entre vários príncipes ou senhores. Daí a desunião e a fraqueza, que a reduziram a presa não só de bárbaros ferozes, mas do primeiro que quisesse atacá-la (...). É à Igreja que a Itália deve isso (...) (Maquiavel, 1979: 62).

⁶ Júlio II, ou Juliano della Rovere, foi eleito Papa em 28 de outubro de 1503. Esse homem tinha verdadeira obsessão pela potência e grandeza da Igreja e, para alargar o poderio da Igreja, ele empreendeu a guerra contra os italianos (Maquiavel, 1973: 239).

Como mostra Maquiavel, embora não possuísse força nem coragem suficientes para se apoderar de todo o Império, a Igreja insistia em fazê-lo, e, com isso, ocasionava mais desuniões ainda na península. A situação se tornava tanto mais grave quanto os papas, no intuito de expandir seus territórios e controlar seus adversários, não hesitavam em chamar à Itália exércitos de soberanos estrangeiros, os quais, após realizar as investidas, muitas vezes, permaneciam na Itália: “os pontífices, uma vez por amor à religião e outras por suas próprias ambições, não cessavam de chamar à Itália novos homens e a suscitar novas guerras” (Maquiavel, 1998: 63).

É importante lembrarmos que o papado, embora em determinado momento da história tivesse sido o “aliado principal” das cidades italianas, ao longo do tempo começou “a dar mais diretamente vazão a suas ambições temporais” (Skinner, 1996: 34), atuando contra essas cidades. No século XVI, essa mudança no comportamento dos pontífices já era tão evidente que, na opinião de Maquiavel, “todas as guerras com os bárbaros foram, na maior parte, pelos pontífices causadas; e todas as invasões que fizeram, as mais das vezes, pelos pontífices chamadas” (Maquiavel, 1998: 48- 49).

Mas a Igreja Católica era, segundo Maquiavel, responsável pelos infortúnios italianos e também pela incapacidade militar dos religiosos e príncipes católicos. Isto é, logo que o papa passou a ter maior poder temporal, ou seja, logo que a Igreja se tornou influente também na vida política, a Itália quase toda ficou subordinada ao seu poder e ao de algumas repúblicas, e, “não estando aqueles padres e aqueles outros cidadãos habituados ao uso das armas, começaram a aliciar mercenários estrangeiros” (Maquiavel, 1983: 74 - 75).

Assim, em razão da falta de hábito no uso das armas por parte dos padres e governantes e em razão das incessantes desavenças internas, a proteção da Itália foi entregue a estrangeiros, e a península, contraditoriamente, passou a ser percorrida, saqueada e violentada por eles, que não tardaram a arrastá-la para a escravidão e para a desonra.

Para Maquiavel, essas circunstâncias históricas eram favoráveis ao aparecimento de um “príncipe novo” que poderia implantar uma “nova organização política” na Itália, a qual estava “pronta e disposta a seguir uma bandeira” desde que houvesse quem a empunhasse (Maquiavel, 1983: 143-144).

Faltava, portanto, encontrar um redentor, um príncipe novo, prudente e valoroso, alguém que libertasse a Itália de tamanho sofrimento.

1.3 Os problemas Italianos e a educação do príncipe

Lourenço de Médici, de Florença, a quem Maquiavel dedicou e recomendou sua mais conhecida obra, **O Príncipe**, era um líder valoroso, rico e respeitado pelos florentinos. No entanto, ainda não possuía, supõe-se, as virtudes políticas necessárias para realizar a enorme tarefa de introduzir uma nova ordem política na Itália, ou seja, uma ordem política centralizada à qual ficasse subordinada a maior extensão possível do território e do povo italianos. Tais virtudes políticas poderiam ser adquiridas ou aprendidas com a leitura e a assimilação das regras idealizadas por Maquiavel em suas obras, especialmente, em **O Príncipe**.

Esse príncipe, portanto, ainda não existia: teria que ser educado/formado. Por isso, Gramsci (1984: 4) chama atenção para o “caráter utópico do *Príncipe*”: é “uma abstração”, afirma o autor. Maquiavel, porém, via esse príncipe como possível.

A nosso ver, mesmo que esse príncipe novo, virtuoso, existisse somente na imaginação de Maquiavel, pode-se dizer que ele possível, porque apresenta qualidades louváveis e condenáveis como os demais seres humanos. Acreditando nisso, Maquiavel esclarecia de imediato que, para tratar da educação política do príncipe, assunto já abordado anteriormente por muitos autores, ele trilharia um caminho teórico completamente diferente e inovador:

(...) muitos já escreveram a respeito, duvido não ser considerado presunçoso escrevendo ainda sobre o mesmo assunto, máxime quando irei disputar essa matéria à orientação já por outros dada aos príncipes. *Mas, sendo minha intenção escrever algo de útil para quem por tal se interesse, pareceu-me mais conveniente ir em busca da verdade extraída dos fatos e não à imaginação dos mesmos, pois muitos conceberam repúblicas e principados jamais vistos ou conhecidos como tendo realmente existido.* Em verdade, há tanta diferença de como se vive e como se deveria viver, que aquele que abandone o que faz por aquilo que se deveria fazer, aprenderá antes o caminho de sua ruína do que o de sua preservação, *eis que um homem que queira em todas as suas palavras fazer profissão de bondade, perder-se-á em meio a tantos que não são bons.* Donde é necessário, a um príncipe que queira se manter, aprender a poder não ser bom e usar ou não da bondade, segundo a necessidade (Maquiavel, 1983: 89-90) [grifo nosso].

Percebe-se, nessas passagens, que Maquiavel se distancia das visões idealistas de muitos outros autores e apresenta uma visão essencialmente concreta da realidade social e política. Como destaca Sadek, “Maquiavel rejeita a tradição idealista de Platão, Aristóteles e Santo Tomás de Aquino e segue a trilha inaugurada por historiadores antigos, como Tácito, Políbio, Tucídides e Tito Lívio. Seu ponto de partida e de chegada é a realidade concreta” (2004: 17).

No entender de Maquiavel, os autores idealistas permaneciam distantes da realidade das coisas, o que os levava a se inspirar em príncipes e principados fantásticos ou imaginários para encontrar solução para os problemas humanos. Percorrendo um caminho teórico completamente distinto, Maquiavel se voltava para

a experiência história da humanidade e para sua própria experiência como alto funcionário do governo florentino. Com base nisso, procurava formular as regras que ele julgava indispensáveis para reger o comportamento do príncipe. Esta opção teórica aparece de maneira cristalina na dedicação feita a Lourenço de Médici:

Desejando eu, portanto, oferecer-me a Vossa Magnificência com um testemunho qualquer de minha submissão, *não encontrei entre os meus cabedais coisa a mim mais cara ou que tanto estime, quanto o conhecimento das ações dos grandes homens apreendido através de uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das antigas* as quais tendo, com grande diligência, longamente perscrutado e examinado e, agora, reduzido a um pequeno volume, envio a Vossa Magnificência (Maquiavel, 1983: 3) [grifo nosso].

Este procedimento teórico de Maquiavel lhe permitiu chegar a uma visão realista das ações humanas, lhe permitiu considerar os homens em sua verdadeira natureza, a qual estaria longe de ser exclusiva e intrinsecamente boa; ou seja, concebia-os como seres possuidores de qualidades louváveis e condenáveis ao mesmo tempo.

Segundo ele, poder-se-iam encontrar homens liberais, miseráveis (avaros), pródigos, rapaces, cruéis, piedosos, fiéis, traidores, efeminados, pusilânimes, ferozes, soberbos, lascivos, castos, ingênuos, astutos, duros, fáceis, sensatos, levianos, religiosos, incrédulos. Por isso, não se poderia alimentar a ilusão de encontrar em um príncipe ou em outra pessoa qualquer, dentre os atributos referidos, apenas os bons, pois as contingências humanas não o permitiriam. Desse modo, no relacionamento com seus súditos, amigos e inimigos, o príncipe não podia fazer profissão de bondade; se assim o fizesse, com certeza não conseguiria governar, pois os homens “não são bons” (Maquiavel, 1983: 90).

O bom príncipe, no entender de Maquiavel, não era, portanto, aquele que sempre faria profissão de bondade, mas sim aquele que possuísse um conjunto de

virtudes políticas, militares, intelectuais, psicológicas e administrativas para governar. O exemplo desse perfil de príncipe era fornecido, segundo ele, pela própria história italiana, na pessoa de César Bórgia (1478-1507).

Este príncipe havia encarnado bravura militar e outras virtudes políticas e intelectuais que lhe permitiram conhecer muito bem como se conquistam ou se perdem os homens. Deixando de lado as questões morais, Maquiavel dava detalhes do porquê de considerar César Bórgia um modelo a ser imitado.

Entre as virtudes políticas desse modelo, Maquiavel mencionava a iniciativa, a “alta intenção” e o fato de encarnar realisticamente todas as qualidades intelectuais, militares e administrativas políticas necessárias ao príncipe moderno. Maquiavel afirma que “não saberia repreendê-lo”, pois essas qualidades, mesmo as condenadas pela moral cristã, eram resultado do meio social em que ele, Bórgia, vivia. Ou seja, para Maquiavel, ele “não poderia portar-se de outra forma”. (Maquiavel, 1983: 44-45).

Maquiavel esclarecia que virtude política se diferenciava de virtude no sentido cristão. A respeito dessas duas definições de virtudes, a política e a cristã, Aranha faz uma distinção muito interessante:

Na perspectiva cristã, que exerceu forte influência sobre a moral medieval, o *homem virtuoso* é aquele que privilegia os valores espirituais sobre os interesses materiais e é capaz de tornar um hábito a realização do bem. O cristão, temente a Deus, encontra o fundamento de todo bem na ordem divina: o que é bom ou mau está de certa forma estabelecido de antemão (*a priori*). Por exemplo, “todo bom cristão sabe” que: é mau mentir; é bom manter a palavra dada; é mau ser cruel ou vingativo; é bom ser piedoso e perdoar as ofensas; é mau apossar-se do que não lhe pertence.

Diferentemente da tradição cristã, ao usar o termo *virtù* Maquiavel retoma o conceito clássico de virtude: *virtus* em latim é poder, potência, vigor, ou seja, é a qualidade *viril* do homem. Mais especificamente, *virtus* significa virtude, no sentido de mérito, capacidade, excelência. Conseqüentemente, em política, o homem de *virtù* é aquele capaz de imprimir mudanças no curso da história e

realizar grandes obras. Portanto, o príncipe virtuoso não é príncipe bom e justo, mas aquele cuja virtude se encontra na atividade – mais propriamente, na capacidade de aproveitar a situação com energia e arrojo a fim de obter êxito (Aranha, 1993: 60-61).

Deste ponto de vista, virtude política, para Maquiavel, seria uma espécie de força criadora, importante e necessária para que o novo príncipe conquistasse e mantivesse um Estado.

Porém, é importante ressaltarmos que, em determinadas ocasiões, como mostra Skinner (1996: 153), Maquiavel considerava “essencial os príncipes aparentarem ser virtuosos na forma convencional”; essa era, inclusive, a razão pela qual Maquiavel atribuía “tal importância às artes da dissimulação”, isto é, para manter-se no poder, o príncipe devia fazer uso da “virtude” conforme a necessidade.

Por isso, o novo príncipe proposto por Maquiavel precisava ser um grande conhecedor das virtudes cristãs e também das políticas e isso se relaciona ao fato de que a noção maquiaveliana de *virtù* se distancia do significado tradicional de virtude.

Sobre essa importante questão, que entendemos ser a base da educação do príncipe de Maquiavel, Rodrigo (2002: 43) também mostra que, em lugar de um catálogo fixo de qualidades morais, o homem virtuoso, no sentido maquiaveliano, é aquele que sabe agir de acordo com as exigências das circunstâncias; portanto, o conteúdo da noção de *virtú* tem, necessariamente, que ser flutuante, oscilante; ou seja, a flexibilidade é seu traço essencial.

Notamos também que, nos escritos de Maquiavel, a virtude política possui um contrapeso que é a fortuna. Ou seja, não basta, para o sucesso político, que o príncipe seja virtuoso. É preciso também que as condições históricas sejam favoráveis.

A fortuna, no entender de Maquiavel, é a sorte, ela é que proporciona vias de ação política e constitui boa parte das coisas que não podem ser governadas pelo homem (Maquiavel, 1983: 239 – 140). É como se a realidade de cada momento histórico deixasse brechas, ocasiões, para as ações humanas se manifestarem. Para Maquiavel, afirma Rodrigo (2002: 43), a fortuna “consiste numa força imprevisível – fora de toda conjectura humana – que provoca mudanças nas coisas do mundo”; no entanto, “apesar de ser poderosa, não decide tudo; governa cerca de metade das ações humanas”. Isso significa que “o homem pode exercer seu livre-arbítrio sobre a outra metade”.

Maquiavel (1979: 333) destaca que os homens “devem considerar a natureza dos tempos, ajustando a ela sua conduta”, o que só é possível por meio do conhecimento dessa realidade: “Quem pretende fazer alguma coisa deve primeiramente preparar-se de modo que, surgindo a ocasião, tenha condições de satisfazer suas intenções” (Maquiavel, 1982: 22). Sobre essa mesma questão, Maquiavel afirma também: “Creio, ainda, seja feliz aquele que acomode o seu modo de proceder com a natureza dos tempos, da mesma forma que penso seja infeliz aquele que, com o seu proceder, entre em choque com o momento que atravessa” (Maquiavel, 1983: 140).

Assim, de nada vale a virtude, se não existirem circunstâncias históricas favoráveis à disposição do príncipe. Onde essas circunstâncias existem, adverte Maquiavel, e não há um príncipe virtuoso para reconhecê-las e aproveitá-las, ou seja, “onde não existe virtude preparada para resistir”, “a sorte (...) demonstra todo o poderio” (Maquiavel, 1983: 140). Ele compara a sorte a um rio impetuoso que, quando está encolerizado e não encontra nenhuma barreira ou desvio, causa grandes estragos.

Esse era o grande drama da Itália; lá não havia um príncipe sábio e virtuoso, como César Bórgia, para reconhecer e aproveitar as circunstâncias, as limitações e as possibilidades italianas.

Como vimos, virtude política, para Maquiavel, seria a capacidade do governante para criar e manter um Estado e também de enfrentar ocasiões adversas. Em outras palavras, um príncipe que agisse sempre da mesma maneira, e com os mesmos princípios, em todas as circunstâncias, não teria *virtù* alguma e fracassaria. Ou seja, o príncipe que desprezasse a virtude se perderia.

É nesse sentido que, para Maquiavel (1979: 24), a virtude poderia vir a faltar ao sucessor consangüíneo. Segundo ele, “no começo do mundo”, a vida em sociedade exigiu a escolha de um chefe, assim, escolheu-se o mais corajoso, depois o mais sábio e por último o mais justo. Contudo, “como os príncipes vieram a reinar pelo direito de sucessão, e não pela escolha do povo”, não tardou que os herdeiros se degenerassem, ou seja, desprezassem a virtude. O poder passou, então, para as mãos dos filhos, os quais, por sua vez, também “ignoraram os caprichos da sorte”, entregaram-se à avareza, à ambição e ao desmando, “transformaram o governo numa oligarquia que deixou de respeitar os direitos dos cidadãos”. Agindo assim, como mostra Maquiavel, homens perderam Estados.

Nesse sentido, concordamos como Skinner (1996: 158 – 159), para quem “Maquiavel (...) utilizará o conceito de *virtù* simplesmente para se referir a *todo* conjunto de qualidades, *sejam elas quais forem*, cuja aquisição o príncipe possa achar necessária a fim de manter seu estado e realizar grandes feitos”.

Por conta disso, após estudar a história dos grandes homens, Maquiavel discorreu sobre o que devia ser ensinado ao novo príncipe, ao príncipe moderno, para que virtuosamente ele aproveitasse o “momento presente” da Itália, momento

oportuno e pleno de “circunstâncias favoráveis” (Maquiavel, 1983:143 -144). Como vimos, a Itália estava a espera daquele que amenizasse as desgraças que assolavam os italianos.

No próximo capítulo, abordaremos o que, em face das circunstâncias existentes na península itálica, devia ser ensinado ao príncipe moderno, segundo a concepção do italiano Nicolau Maquiavel.

CAPÍTULO II

O CONHECIMENTO E O PRÍNCIPE MODERNO DE MAQUIAVEL

Maquiavel não só foi um homem de ação (...) como também exercitou a pena nos textos em que nunca se restringia ao simples relato de fatos (...) (Aranha, 1993: 54).

Neste capítulo, nosso objetivo é apresentar algumas lições de Maquiavel para que o príncipe unifique a península itálica e a transforme em uma Nação forte e feliz. Focalizaremos sua proposta de como se deve educar esse príncipe; como deve ser o seu comportamento na relação com seus súditos e, ainda, como deve ser o seu comportamento individual enquanto estadista e líder dos súditos.

2.1 O que deve ser ensinado ao novo príncipe

Para Maquiavel, o príncipe novo deve estar ciente de que sua tarefa principal é garantir a ordem, a paz, o bem-estar e a segurança de seus súditos. Ao contrário do que propôs o escolástico São Tomás de Aquino, ao dizer que “o fim último da vida humana é a felicidade ou a beatitude” (Aquino, 1995: 38), em momento algum nosso autor afirma que as leis e as instituições criadas pelo príncipe devem preparar o homem para a beatitude ou a felicidade no paraíso divino .

Como mostramos anteriormente, as regras, os princípios e os valores a serem ensinados ao príncipe, segundo Maquiavel, devem ser buscados nos exemplos de príncipes e principados verdadeiros, reais, que existiram no passado ou que existem no presente. Portanto, os exemplos não são os príncipes e principados ideais, como propõe, por exemplo, o contemporâneo de Maquiavel, o alemão Martinho Lutero, no seguinte trecho de sua obra: “minha esperança é a de que eu seja capaz de ensinar aos príncipes e às autoridades seculares como podem permanecer cristãos e ter Cristo como Senhor” (Lutero, 1995: 5).

Como vemos, para Lutero: “é correto e necessário que todos os príncipes sejam bons cristãos” (idem: 30) e tenham, como base de sua ação política, os mandamentos ou os ensinamentos de Cristo.

No entender de Maquiavel, ao contrário, os conhecimentos a serem ensinados ao príncipe não devem ser extraídos dos mandamentos de Deus, mas sim da experiência histórica, passada e presente, isto é, devem provir da verdade dos fatos e não da imaginação desses fatos. Com base no estudo que fez da história, Maquiavel chegou à conclusão de que os homens não são bons. Diferencia-se, portanto, de São Tomás de Aquino e até mesmo de Lutero, os quais, com base no idealismo cristão, consideram que pelo menos uma parte da humanidade é constituída de pessoas boas, ou seja, de homens justos e puros, que são os cristãos verdadeiros. Segundo eles, a outra parte da humanidade, a corrompida, pode ser convertida através do evangelho e, desse modo, tornar-se boa na terra podendo, depois, alcançar a felicidade eterna.

Aqui devemos dividir os filhos de Adão, toda a humanidade, em duas partes: a primeira pertence ao reino de Deus, a segunda ao reino do mundo. Todos aqueles que acreditam verdadeiramente em Cristo pertencem ao reino de Deus (...) Ora, tais pessoas não têm necessidade nem da lei nem da Espada seculares [*Weltlich*]. E se

todos no mundo [*Welt*] fossem verdadeiros cristãos, isto é, se todos acreditassem verdadeiramente, tampouco haveria necessidade ou função para príncipes, reis, senhores, a Espada ou a lei. O que lhes caberia fazer? Porquanto [os verdadeiros cristãos] têm o Espírito Santo em seus corações, que os ensina e os leva a amar todas as pessoas (...) Mas os injustos [*Ungerechten*] nada fazem que seja direito [*recht*] e, por conseguinte, têm necessidade das leis para ensiná-los, forçá-los e instigá-los a agir com retidão (Lutero, 1995: 12-14)

É mister que se aplique [leis] aos homens que por elas devem ser regulados (...) pela lei os homens se tornam bons (...) (Aquino, 1995: 41-56) [grifo nosso].

Nessas passagens, Lutero e Aquino afirmam que existem pessoas boas no mundo; as que não são boas podem vir a sê-lo e, assim, alcançar a felicidade eterna. Para esses dois autores, o homem bom é o cristão.

Maquiavel também entende que as leis podem tornar bons os homens, porém, seu conceito de homem bom é diferente do de Lutero e Aquino. Para ele, o homem bom é o equilibrado, ou seja, aquele em que as qualidades ruins são contrabalançadas pelas boas qualidades.

De modo geral, por possuírem forte tendência ao desequilíbrio, os homens são vistos por Maquiavel como maus, volúveis, ingratos, simuladores, tementes ao perigo e ambiciosos de ganho e só fazem o bem quando necessário, estando dispostos a agir com perversidade sempre que a ocasião o permitir. Por isso, o príncipe que confiar inteiramente em suas palavras “está perdido”, isto é, “perder-se-á em meio a tantos que não são bons. Donde é necessário a um príncipe que queira se manter, aprender a poder não ser bom e usar ou não da bondade, segundo necessidade” (Maquiavel, 1983: 90, 96).

Aquino, por outra parte, acredita que “para a perfeição da virtude, requer-se que o homem leve uma existência reta”; a ele “são proibidos todos os pecados” (Aquino, 1995: 49).

Sendo assim, Maquiavel deixa de lado o perfil de um príncipe imaginário e perfeito para se pautar no perfil de um príncipe real, de um príncipe moldado pelas contingências humanas. É esse o novo modelo político de príncipe. Ele acredita que o príncipe precisa ter uma visão racional e realista da natureza da sociedade.

Segundo ele, em todos os tempos, existem antagonismos ou lutas de classes, impulsionados por paixões e desejos inerentes à imperfeita condição humana. Em razão dessas paixões e desejos é que, “para Maquiavel, (...) os homens tendem, por sua natureza, à divisão e à desunião (...). São insaciáveis e sempre descontentes com tudo o que possuem. Precisam de rédeas, porque as suas paixões ameaçam derrubar eles mesmos e o Estado” (Pinzani, 2004: 19).

Desse modo, não se pode dizer que as sociedades, na concepção maquiaveliana, são constituídas por homens justos e puros. Como já afirmamos, para ele, todos os homens são maus e se tornam “bons”, isto é, equilibrados, com base nas necessidades e por meio da ação das leis e da educação. A esse respeito, Rodrigo (2002) também afirma que, na visão maquiaveliana, apesar de a maldade e a ambição serem constitutivas da natureza humana, as leis podem e devem agir sobre os homens, liberando-os de todos os excessos.

Para Maquiavel, os excessos são prejudiciais ao homem: “muitas vezes alguém se dá mal por ser muito complacente e bom demais, ou também por ser malvado demais” (Maquiavel, 2004: 78). Além disso, em razão da imperfeição inerente à natureza humana, nem tudo o que a história nos oferece deve ser assimilado e imitado, uma vez que ela também contém “maus” exemplos. Por isso, ele não propõe a imitação dos homens em geral, mas somente daqueles que, mesmo imperfeitos, em função de sua grandeza, merecem ter suas boas ações imitadas. Lembremos, neste momento, que César Bórgia, mencionado por ele como

um modelo, mesmo sendo um homem sábio e virtuoso, errou ao apoiar a eleição de um antigo inimigo. É nesse sentido que, para Maquiavel, a história é uma grande mestra: com base nela, podem-se imitar os acertos e evitar os erros dos grandes homens.

Em razão de experiências como essa, a investigação das ações dos grandes homens proporcionou a Maquiavel a aquisição de conhecimentos, a seu ver, extremamente valiosos: “não encontrei entre os meus cabedais coisa a mim mais cara ou que tanto estime, quanto o conhecimento das ações dos grandes homens apreendidos através de uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das antigas” (Maquiavel, 1983: 3). Para adquiri-lo, o autor não fez qualquer espécie de cerimônia, como ele mesmo relata:

(...) penetro na antiga convivência dos grandes homens do passado [e] por eles acolhido com bondade, nutro-me daquele alimento que é o único que me é apropriado e para o qual nasci. Não me envergonho de falar com eles, e lhes pergunto da razão das suas ações, e eles humanamente me respondem (...) (Maquiavel, Carta a F. Vettori, de 10/12/1513).

Como podemos notar, é transparente a indissociável relação entre o conhecimento da história e a teoria política de Maquiavel. Após suas experiências, ele compreendeu que somente um sábio, conhecedor do homem, poderia garantir a coesão social e curar as mazelas italianas. E é isso que lhe interessa como pensador realista. Distanciando-se dos autores idealistas cristãos, ele propõe, ainda no início do século XVI, que se pense a política de uma forma independente dos domínios do pensamento religioso e da moral.

Desta forma, ele propõe uma nova forma de conduta política e oferece a possibilidade de um caminho novo aos homens de seu tempo. Ao propor lições de como se educa um novo príncipe, um príncipe verdadeiro, que obrigatoriamente teria

que ser um homem sábio e virtuoso, ele desempenha a função de um educador que procura intervir na sociedade para livrar a península de suas agruras: “Um príncipe deve ter bastante sabedoria e virtude” (Maquiavel, 1979: 49).

2.2 Como se educa o novo príncipe

De acordo com Maquiavel, educa-se o novo príncipe exercitando suas qualidades intelectuais, por meio do estudo da história e da geografia, e suas capacidades marciais, por meio de caçadas e dos exercícios militares. Assim, o príncipe desenvolve e aprimora suas potencialidades e qualidades racionais e físicas, transformando-se, por meio desse processo educativo, em um príncipe virtuoso capaz de liderar, de ser respeitado pelos seus súditos e ser temido pelos seus inimigos.

Se for reconhecido como frívolo, efeminado e irresoluto, o príncipe terá péssima reputação; ao contrário, se tiver um físico rijo e forte, se possuir força de ânimo, se for capaz de conduzir seus exércitos, ordenar racionalmente as batalhas, enfrentar as intempéries do tempo, conhecer a natureza dos lugares, sobretudo do próprio país, como colinas, vales, planícies, rios, pântanos, ele será respeitado e valorizado.

Segundo Maquiavel, quando se tem conhecimento da geografia de uma província, se pode passar facilmente ao de outra, adquirindo, assim, expressivas vantagens sobre o inimigo. Por isso, ele afirma que o príncipe

(...) deve estar sempre em caçadas para acostumar o corpo às fadigas e, em parte, para conhecer a natureza dos lugares e saber como surgem os montes, como embocam os vales, como se estendem as planícies, e aprender a natureza dos rios e dos pântanos, pondo muita atenção em tudo isso. Esses conhecimentos

são úteis por duas razões: primeiro, aprende-se a conhecer o próprio país e pode-se melhor identificar as defesas que ele oferece; depois, em decorrência do conhecimento e prática daqueles sítios, com facilidade poderá entender qualquer outra região que venha a ter de observar, eis que as colinas, os vales, as planícies, os rios e os pântanos que existem, por exemplo, na Toscana, têm certa semelhança com os das outras províncias, de forma que, do conhecimento do terreno de uma província, se pode passar facilmente ao de outras. O príncipe que seja falto dessa perícia está desprovido do elemento principal de que necessita um capitão, pois ela ensina a encontrar o inimigo, estabelecer os acampamentos, conduzir os exércitos, ordenar as jornadas, fazer incursões pelas terras com vantagem sobre o inimigo (Maquiavel, 1983: 86).

Sobre essa questão, Rodrigues (1984: 42), observa que, para Maquiavel, realmente “há uma certa tipicidade de todos os terrenos”, isto é, “os pântanos e as montanhas existem em todos os lugares; os rios e as florestas são mais ou menos semelhantes”. Por isso, o “Príncipe, ao invés de ficar instalado em seu palácio, usufruindo as benesses do poder, precisa dirigir-se, freqüentemente, às mais diferentes regiões do seu país, tentando analisar todo o tipo de terreno”. Com base nesse conhecimento, ele pode ponderar as “diferentes opções e alternativas que se oferecem no caso de uma ação militar” e ter “condições de enfrentar a eventualidade de uma guerra a ser desenrolada no seu terreno ou em terreno alheio”.

Um príncipe, portanto, jamais deve desviar sua atenção da arte da guerra, isto é, até em épocas de paz, ele precisa praticá-la e com maior afinco. Isso poderá ser feito de duas formas: a primeira consiste no assíduo exercício da caça, conforme vimos, de modo a habituar o corpo às agruras e manter os exércitos sempre bem disciplinados e exercitados; a segunda forma é o estudo.

Embora a atividade principal do governante, para Maquiavel, seja a condução da guerra, esta não se restringe ao combate físico. Rodrigues (1984: 41) relata que a guerra para Maquiavel “significa toda ação que deve ser realizada por aquele que

dirige uma tarefa social”, isto é, por aquele que visa o bem da sociedade. A esse respeito, diz Maquiavel: “Deve o príncipe, portanto, não desviar um momento sequer o seu pensamento do exercício da guerra, o que pode fazer por dois modos: um com a ação, o outro com a mente” (Maquiavel, 1983: 86).

Já nos referimos à ação do corpo. Quanto à ação da mente, no entender do autor, o príncipe deve estudar a história e as ações dos grandes homens, apreender como eles se conduziram nas guerras, analisar seus procedimentos nas vitórias, as causas das derrotas, imitar os acertos e evitar os erros.

(...) deve o príncipe ler as histórias e nelas observar as ações dos grandes homens, ver como se conduziram nas guerras, examinar as causas de suas vitórias e de suas derrotas, para poder fugir às responsabilidades por estas e imitar as causadoras daquelas: deve fazer, sobretudo, como, em tempos idos, fizeram alguns grandes homens que imitaram todo aquele que antes dele foi louvado e glorificado, e sempre tiveram em si os gestos e as ações dos mesmos (...) (Maquiavel, 1983: 87).

Um príncipe inteligente, por conseguinte, deve ser ativo e nunca ficar “ocioso nos tempos de paz”, deve manter a habilidade e, ao mesmo tempo, “procurar formar cabedal para poder utilizá-lo na adversidade, a fim de que, quando mudar a fortuna, se encontre preparado para resistir” (Maquiavel, 1983: 87). É nesse sentido que o conhecimento proporcionará ao novo príncipe a possibilidade de encarar a política não de maneira passional e idealista, mas sim racional e realista. Por isso, o príncipe precisa ler muito; a informação é imprescindível para o bom governante. O conhecimento o fará compreender, entre muitas outras coisas, que deverá se preocupar não apenas com as desordens presentes, mas também com as futuras. Aliás, esse é, para Maquiavel, um dos erros comuns cometidos pelos governantes e que o novo príncipe precisa evitar.

Para melhor se fazer entender, o autor compara os assuntos do Estado com uma doença: no início, é difícil de detectar, mas fácil de curar; com o passar do tempo, torna-se fácil de detectar, mas difícil de curar. Segundo ele, a península vive essa última situação, tudo por causa da desinformação dos governantes.

Todo príncipe inteligente deve fazer: não somente vigiar e ter cuidado com as desordens presentes, como também com as futuras, evitando-as com toda a cautela porque, previstas a tempo, facilmente se lhes pode opor corretivo; mas, esperando que se avizinhem, o remédio não chega a tempo, e o mal já então se tornou incurável. Ocorre aqui como no caso do tuberculoso, segundo os médicos: no princípio é fácil a cura e difícil o diagnóstico, mas, com o decorrer do tempo, se a enfermidade não foi conhecida nem tratada, torna-se fácil o diagnóstico e difícil a cura. Assim também ocorre nos assuntos do Estado porque, conhecendo com antecedência os males que o atingem (o que não é dado senão a um príncipe prudente), a cura é rápida; mas quando, por não se os ter conhecido logo, vêm eles a crescer de modo a se tornarem do conhecimento de todos, não mais existe remédio (Maquiavel, 1983: 15).

No entender de Maquiavel, somente as pessoas inteligentes e prudentes são capazes de perceber os males de antemão e providenciar a sua cura. Por isso, afirma que a boa informação e a prudência do governante levam a uma decisão acertada em quase todas as suas ações e à prevenção de males futuros. É pensando nisso que Maquiavel dá uma série de conselhos ao novo príncipe, mostrando como o governante deve se comportar.

2.3 Como deve ser o comportamento do príncipe na relação com seus súditos

O primeiro conselho apresentado pelo autor já foi, de certa forma, evidenciado no início deste capítulo, onde destacamos que, quando estiver em jogo a conquista ou a unidade do Estado, o príncipe precisa aprender a não ser bom para evitar a ruína. Isto, porque os homens não são bons. Eles, os homens: “se inclinam mais ao mal do que ao bem” (Maquiavel, 1979: 49-50). Diz Sadek (2004: 19) que, no entender de Maquiavel, isso acontece por causa dos “instintos malévolos” inerentes à natureza humana. Como mostra o próprio Maquiavel, os homens, “se não lutam por necessidade, lutam por ambição” (Maquiavel, 1979: 121). Aliás, segundo Rodrigo (2002: 34), para Maquiavel, “a ambição” está entre os instintos malévolos mais poderosos, pois é ela que “conduz à violência e à guerra”.

Todavia, Maquiavel deixa claro ao príncipe que “devem ser reprovadas as ações cuja violência tem por objetivo destruir, em vez de reparar” (Maquiavel, 1979: 49). Cabe aos legisladores das repúblicas e dos reinos, diz Maquiavel, “impor um freio às paixões dos homens, tirando-lhes a esperança de poder errar impunemente” (Maquiavel, 1979: 139). Desse modo, para o autor, as ações do príncipe não devem ser direcionadas à destruição, mas à reparação, isto é, devem visar sempre o bem comum dos homens.

O segundo conselho está relacionado à questão da liberalidade. Para Maquiavel, o príncipe não pode se deixar dominar pelo comportamento liberal. Tal comportamento poderá forçá-lo a gastos excessivos, que poderão torná-lo pobre ou muito necessitado e, em conseqüência, rapace, obrigando-o, em seguida, para compensar o prejuízo, a cobrar elevados impostos. Isto implica prejuízo para os súditos, os quais passarão a odiar o príncipe, como podemos verificar na citação:

Um príncipe deve gastar pouco para não precisar roubar seus súditos, para poder defender-se, para não ficar pobre e desprezado, para não ser forçado a tornar-se rapace, *não se importando de incorrer na fama de miserável*, porque esse é um daqueles defeitos que o fazem reinar (Maquiavel, 1983: 92) [grifo nosso].

O autor observa que o príncipe precisa agir com cautela, pois “os homens esquecem mais rapidamente a morte do pai do que a perda do patrimônio” (Maquiavel, 1983: 97). Por conta disso, o príncipe, por um lado, não deve exagerar na cobrança de impostos e, por outro, não deve temer a fama de miserável, ou austero.

Recomenda, portanto, ao novo príncipe que seja parcimonioso ou econômico, isto é, que gaste pouco e não consuma suas finanças em ostentação. Agindo desse modo, não terá necessidade de, ao final, se quiser manter o conceito de liberal, onerar extraordinariamente o povo com impostos, ser duro no fisco e adotar outras medidas quaisquer para obter dinheiro. O autor deixa claro que, entre todas as coisas que o príncipe precisa evitar, uma das mais importantes é ser desprezado ou odiado, e a liberalidade nos gastos o conduzirá a uma ou a outra dessas condições. Nesse sentido, diz Skinner que (1996: 154), no entender de Maquiavel, as ações do príncipe que forem influenciadas pelo desejo de adquirir “a reputação de liberal” trará a ele “muitos problemas”.

Por isso, para Maquiavel, é mais sábio a um príncipe ser reconhecido como miserável ou austero, que é uma desgraça que não provoca o ódio, do que ter fama de liberal, o que lhe causa tanto a desgraça quanto o ódio:

Dentre todas as coisas de que um príncipe se deve guardar está o ser desprezado e odiado, e a liberalidade te conduz a uma e a outra dessas. Portanto, é mais sabedoria ter a fama de miserável, que dá origem a uma infâmia sem ódio, do que, por querer o conceito de

liberal, ver-se na necessidade de incorrer no julgamento de rapace, que cria uma má fama com ódio (Maquiavel, 1983: 93).

No **terceiro conselho** ele orienta o príncipe a não se incomodar com ter a fama de cruel, desde que, com ela, ele mantenha seus súditos unidos, como é o caso de César Bórgia. No entender de Maquiavel, o príncipe que é temido é muito mais respeitado do que o príncipe que é amado. Em razão do caráter volúvel, ingrato, simulador e ambicioso dos homens, sua simpatia pelo príncipe é fácil de ser esquecida, já o temor não, ele é mais forte, é imprescindível mantê-lo. Ainda assim, o príncipe temido costuma ser mais piedoso com seus súditos do que aquele que é amado.

Para chegar a essa conclusão, o autor parte do pressuposto de que o príncipe amado está mais propenso a permitir desordens do que o príncipe que é temido. Isto é, por excessiva piedade, ele deixa de reprimir um indivíduo ou um pequeno número de pessoas na ocasião oportuna, permitindo, desta forma, que, no futuro, aconteçam grandes desordens, das quais resultam assassinatos ou rapinagens que acabam prejudicando a comunidade inteira. Transformam, assim, um mal que seria ínfimo em algo muito mais prejudicial, que pode atingir um número muito maior de pessoas, conforme podemos ler na citação:

Um príncipe não deve, pois, temer a má fama de cruel, desde que por ela mantenha seus súditos unidos e leais, pois que, com mui poucos exemplos, ele será mais piedoso do que aqueles que, por excessiva piedade, deixam acontecer as desordens das quais resultam assassinios ou rapinagens: porque estes costumam prejudicar a comunidade inteira, enquanto aquelas execuções que emanam do príncipe atingem apenas um indivíduo (Maquiavel, 1983: 95 - 96).

Para Maquiavel, medidas violentas precisam ser sabiamente usadas e devem ser adotadas somente por necessidade. Neste caso, ele deve sempre escolher a de menor gravidade. Essas medidas, se bem usadas, mantêm o povo unido, mas, se mal usadas, desunem o povo e dão margem à desordem. Como observa Pinzani (2004: 28), Maquiavel “está longe de pensar que o príncipe deva sempre ser cruel e desumano”, ao contrário, para ele, “a crueldade traz consigo muitos riscos”.

Por isso, no entender de Maquiavel, as medidas violentas, quando necessárias, devem ser tomadas todas de uma só vez e rapidamente. Jamais se pode insistir nelas ou adotá-las aos poucos:

(...) ao ocupar um Estado, deve o conquistador exercer todas aquelas ofensas que se lhe tornem necessárias, fazendo-as todas a um tempo só para não precisar renová-las a cada dia e poder, assim, dar segurança aos homens e conquistá-los com benefícios (...) pouco degustadas, ofendem menos, ao passo que os benefícios devem ser feitos aos poucos, para que sejam melhor apreciados (Maquiavel, 1983: 52 - 53).

É nesse sentido que, na concepção de Maquiavel, o mal, quando inteligentemente usado, pode ser transformado em bem; ou seja, a política seria a arte de saber optar, entre todos os males, pelo menor ou menos prejudicial para os homens.

Dessa perspectiva, desde que exista conveniente justificativa e causa manifesta para seus atos, é perfeitamente possível ao príncipe ser temido e não odiado ao mesmo tempo.

(...) pode muito bem coexistir o ser temido e não ser odiado: isso conseguirá sempre que se abstenha de tomar os bens e as mulheres de seus cidadãos e de seus súditos e, em se *lhe tomando necessário derramar sangue de alguém, faça-o quando existir*

conveniente justificativa e causa manifesta (Maquiavel, 1983: 97) [grifo nosso].

Em razão dos inúmeros perigos existentes nos Estados novos, o príncipe novo não tem como fugir à fama de cruel: “dentre todos os príncipes, é ao novo que se torna impossível fugir à pecha de cruel, visto serem os Estados novos cheios de perigos” (Maquiavel, 1983: 96). Quando ele está à frente de seus exércitos e tem sob seu comando uma multidão de soldados, por exemplo, é necessário não se importar com a fama de cruel: “eis que, sem ela, jamais se conservará exército unido e disposto a alguma empresa” (Maquiavel, 1983: 97).

De acordo de Skinner (1996: 154), de um lado, Maquiavel considera a crueldade “inevitável se o príncipe pretender conservar seus súditos unidos e leais”, mas, por outro, pondera com a necessidade de evitar exageros: “Quanto maior crueldade demonstra, mais se enfraquece seu poder” (Maquiavel, 1979: 70). Como afirma Rodrigues (1984: 31), sua idéia é de que, “à medida que o povo se vê acuado, retrocede com medo de perder a vida, mas, ao mesmo tempo, se arma como felino à espreita do momento em que o governante revelar fraqueza para então pressioná-lo e derrubá-lo”. Por isso, o príncipe deve sempre ser sensato, tanto em seu pensamento quanto em sua ação, e “proceder por forma equilibrada, com prudência e humanidade” (Maquiavel, 1983: 96).

O quarto conselho apresentado pelo autor está relacionado ao comportamento do príncipe diante dos súditos, ao emprego da guerra ou da força. Sobre essa questão, Skinner (1996: 151) observa que “Maquiavel confere excepcional importância ao papel que a força bruta desempenha na direção dos negócios de governo”.

De acordo com Maquiavel “existem dois modos de combater: um com as leis, o outro com a força (...) mas, como o primeiro modo muitas vezes não é suficiente, convém recorrer ao segundo” (Maquiavel, 1983: 101), ou seja, quando as leis são insuficientes para organização de um Estado, a guerra torna-se a única arte que compete a quem comanda. Nesse caso, “Deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo nem outro pensamento, nem tomar qualquer outra coisa para fazer, senão a guerra e a sua organização e disciplina, pois é essa a única arte que compete a quem comanda” (Maquiavel, 1983: 85). As guerras, segundo Strayer (s/d: 64 - 65), “eram necessárias para completar o desenvolvimento de um sistema de estados soberanos”, visto que, a “soberania implicava a independência perante toda e qualquer potência estrangeira e a autoridade absoluta sobre os homens que vivem dentro de determinadas fronteiras”. Por isso, Maquiavel afirma que, no que diz respeito à proteção do seu Estado, faz parte do comportamento e dos interesses do príncipe novo possuir exército próprio ou nacional.

Para se defender das agressões e invasões de Nações unificadas, como França e Espanha, que cobiçavam seu território, a península itálica, conforme mencionamos, por falta de um exército próprio ou de uma milícia nacional, dependia, freqüentemente, dos exércitos estrangeiros, os quais não eram confiáveis. Diante dessa situação humilhante e perigosa, Maquiavel reconhece que a península se encontrava em difícil situação, mas poderia superá-la com a criação de uma milícia nacional.

Para manter um Estado, diz o autor, são necessárias boas leis e boas armas; entretanto, as boas leis só existem onde existem boas armas: “não pode haver boas leis onde não existam boas armas” (Maquiavel, 1983: 71-72). Com a intenção de mudar esse quadro, ele faz um relato a respeito dos tipos de milícias, suas

características, qualidades e defeitos. Tenta identificar a melhor delas e, ao mesmo tempo, chama a atenção para os perigos que podem acompanhá-las.

Segundo Maquiavel, as tropas podem ser próprias, mercenárias, auxiliares ou mistas: “As mercenárias e as auxiliares são inúteis e perigosas e, se alguém tem seu Estado apoiado nas tropas mercenárias, jamais estará firme e seguro, porque elas são desunidas, ambiciosas, indisciplinadas e infiéis” (Maquiavel, 1983: 72).

Maquiavel tem aversão às tropas mercenárias, porque são compostas por soldados estrangeiros, contratados mediante pagamento. Como eles não possuem vínculo com o país, podem servir a qualquer senhor que lhes pague mais. Para Maquiavel, conforme Rodrigues (1984: 39), as “forças mercenárias estão interessadas principalmente no soldo, no pagamento que o Príncipe lhes oferece pela prestação de serviços. Isso significa que não estão dispostas a colocar suas vidas em risco pelo Príncipe”. Além disso, gastar com soldados mercenários significa ser liberal e não parcimonioso e, conseqüentemente, deixar de economizar para a Nação.

Já a composição das tropas mistas é “parte de mercenários e parte de tropas próprias, forças essas que, juntas, são muito melhores que as simples auxiliares ou as meramente mercenárias e muito inferiores ao exército próprio” (Maquiavel, 1983: 82). Ou seja, quanto mais estrangeira for a tropa, mais riscos ela traz ao governante.

As forças próprias, por sua vez, constituídas por italianos, são as melhores. Como diz Maquiavel, “sem ter armas próprias, nenhum principado está seguro; ao contrário, fica ele totalmente sujeito à sorte, não havendo virtude que o defenda da adversidade”. As forças de outrem, conclui, “ou te caem de cima, ou te pesam ou te constroem” (Maquiavel, 1983: 81 - 82).

Todavia, o autor esclarece que se deve lançar mão da guerra “só como último recurso, quando todos os demais se revelam insuficientes” (Maquiavel, 1979: 260). Estabelece, deste modo, um limite para sua aplicação. Aliás, tudo para Maquiavel deve ser direcionado por certo equilíbrio.

Por outro lado, em determinadas ocasiões, a guerra é de tanta virtude que não apenas mantém quem já nasce príncipe, como também torna príncipes homens de condição privada. A negligência dessa arte, quando necessária, é uma das primeiras causas do fracasso dos governos (Maquiavel, 1983: 85). No caso da Itália, em face de tantas desordens, o uso da força é imprescindível: “sem o apoio militar, as boas instituições não podem subsistir em boa ordem” (Maquiavel, 1982: 17).

Ele deixa claro, ainda, que o uso das leis é próprio dos homens e o uso da força é, em geral, próprio dos animais, mas o príncipe precisa saber usar a natureza animal. Preferencialmente, deve adotar um comportamento inspirado na astúcia da raposa e na força do leão; isto é, ser astuto como uma raposa que está sempre pronta para descobrir eventuais armadilhas e forte como um leão que aterroriza os lobos (Maquiavel, 1983). Por um lado, a junção dessas duas naturezas o fará completo e, por outro lado, a falta de uma ou de outra o fará incompleto.

Ao mencionar o uso da força, Maquiavel não está se referindo apenas à força física, mas também à força da razão, à capacidade de discernimento, conforme já afirmamos.

Ainda assim, o resultado de uma guerra, acrescenta o autor, “deve-se medir com a tropa, com o dinheiro, com o governo e com a fortuna; e quem tem mais das mencionadas coisas deve-se crer que vencerá” (Maquiavel, 1973: 160). Nesse sentido, ser forte, para ele, representa manter-se por si mesmo: ter dinheiro, leis e uma tropa eficiente.

Significa, pois, ser capaz de “organizar um exército à altura do perigo, enfrentar e fazer frente a uma batalha contra quem assaltá-lo” (Maquiavel, 1983: 61). Por outro lado, os fracos são aqueles “necessitados da defesa de outrem” (Maquiavel, 1983: 61) e isso, de sua perspectiva, é sempre deprimente e humilhante. Aliás, como vimos, é sob esta última situação que vivia a península itálica.

Por tudo isso, no entender de Maquiavel, o poder político e o militar jamais podem ser dissociados. A esse respeito, ele “sempre teve clareza sobre a necessidade de que o poder político e o militar constituíssem uma unidade”, por isso, para ele “as boas leis encontram-se nas boas armas” (Rodrigo, 2002: 25 –25).

Para Maquiavel, saber usar a força de forma racional representa também construir fortalezas e uma das mais importantes é a amizade do povo: “Concluirei apenas que a um príncipe é necessário ter o povo como amigo, pois, de outro modo, não terá possibilidades na adversidade” (Maquiavel, 1983: 57).

Como vemos, é fundamental ao novo príncipe comportar-se de acordo com as necessidades da nova sociedade, uma vez que, para obter êxito, ele precisa encarnar os interesses sociais vigentes. Para isso, contudo, como estadista e líder dos súditos, ele não pode se descuidar da sua conduta pessoal; é isso que veremos no próximo subitem.

2.4 Como deve ser o comportamento individual do príncipe como estadista e líder dos súditos

Ao tratar do comportamento individual do príncipe, na condição de estadista e líder dos súditos, Maquiavel destaca pontos importantes. Dentre eles, a construção de **fortalezas** capazes de proteger o príncipe em suas investidas. Uma das mais importantes fortalezas a serem construídas pelo príncipe é o bom relacionamento político com seus governados. Para Maquiavel, se o príncipe “fugir àquelas circunstâncias que possam torná-lo odioso e desprezível”, os outros defeitos não o farão correr perigo (Maquiavel, 1983: 105) e, assim, os súditos lhe serão fiéis. Ou seja, é necessário “governar bem os súditos, de maneira que eles se tornem fiéis ao príncipe” (Pinzani (2004: 39).

É imprescindível, portanto, tornar-se porta-voz do povo e, ao mesmo tempo, enfraquecer seus opositores mais poderosos, os grandes. Quanto aos últimos, que vivem numa incessante busca por poder, Maquiavel alerta o príncipe para ficar sempre à espreita, de forma a evitar o surgimento de alguma liderança mais forte do que a sua.

Por isso, “torna-se necessário uma força que lhe seja proporcional: só uma monarquia absoluta seria capaz de conter a insolência dos grandes” (Rodrigo, 2002: 39). Segundo Maquiavel, os grandes querem, o tempo todo, dominar e oprimir o povo, o qual, ao contrário, deseja a proteção do príncipe para não ser dominado nem oprimido pelos grandes.

(...) em toda cidade se encontram essas duas tendências diversas e isso resulta do fato de que o povo não quer ser mandado nem oprimido pelos poderosos e estes desejam governar e oprimir o povo: *é destes dois anseios diversos que nasce nas cidades um dos três efeitos: ou principado, ou liberdade, ou desordem* (Maquiavel, 1983: 55 – 56) [grifo nosso].

De seu ponto de vista, em todas as cidades, essas duas forças sociais, os grandes e o povo, existem e sempre existiram; é delas que nasce o principado, a liberdade ou desordem. O principado pode se originar da vontade tanto dos grandes quanto do povo, dependendo da capacidade de algum desses grupos para elevar um dos seus representantes ao poder. Já a liberdade é caracterizada pelo equilíbrio dos diferentes grupos sociais, ao passo que a desordem acontece quando nenhum deles tem força para se impor sobre o outro.

Maquiavel diz ainda que “os que pretendem estabelecer a ordem numa cidade, devem escolher, dentre estas três espécies”, isto é, entre o principado, a liberdade ou desordem, “a que melhor convém a seus objetivos” (Maquiavel, 1979: 24). Deixa claro, no entanto, que nenhuma dessas formas se mantém por muito tempo e, em razão da imperfeita condição humana, acabam por se degenerar.

No caso da Itália, já que a desordem estava instalada, a melhor forma de governo seria o principado:

O Principado é constituído ou pelo povo ou pelos grandes, conforme uma destas partes tenha oportunidade (...). O que chega ao principado com a ajuda dos grandes se mantém com mais dificuldade daquele que ascende ao posto com o apoio do povo, pois se encontra príncipe com muitos ao redor a lhe parecerem seus iguais e, por isso, não pode nem governar nem manobrar como entender (Maquiavel, 1983: 56).

Assim, aquele que chega ao poder com o apoio dos grandes terá maior dificuldade em se manter no governo do que aquele que é apoiado pelo povo, pois, na medida em que o primeiro estará rodeado de pessoas que a ele se igualam, não poderá dirigi-los ou ordená-los conforme queira.

Esse é um ponto importantíssimo no pensamento de Maquiavel porque ele representa um dos grandes defeitos que leva os governantes a perder o Estado. O defeito consiste em se tornar inimigo do povo ou, tendo o povo como amigo, em não saber neutralizar os grandes (Maquiavel, 1983: 136).

É necessário considerar ainda que, para Maquiavel, o príncipe deveria ter dois temores, um de ordem interna e outro de ordem externa. De um lado, deveria temer a inimizade do povo e, de outro, temer a força dos potentados estrangeiros. Sobre isso, afirma:

Na verdade, um príncipe deve ter dois temores: um de ordem interna, de parte de seus súditos, o outro de natureza externa, de parte dos potentados estrangeiros. Destes se defende com boas armas e bons amigos; e sempre que tenha boas armas terá bons amigos. A situação interna, desde que ainda não perturbada por uma conspiração, estará segura sempre que esteja estabilizada a externa; mesmo que esta se agite, se o príncipe organizou-se e viveu como já se disse, desde que não desanime, resistirá (...) (Maquiavel, 1983: 106).

Por isso, segundo o autor, os Estados bem organizados, possuidores de príncipes sábios, estudam com afincos diferentes maneiras de poupar os aborrecimentos aos grandes (que também podem ser os potentados estrangeiros), evitando conduzi-los ao desespero. Ao mesmo tempo, estudam maneiras de agradar o povo, evitando, com isso, conspirações decisivas contra sua pessoa:

(...) um príncipe deve dar pouca importância às conspirações se o povo lhe é benévolo; mas quando este lhe seja adverso e o tenha em ódio, deve temer tudo e a todos. *Os Estados bem organizados e os príncipes hábeis têm com toda a diligência procurado não desesperar os grandes e satisfazer o povo conservando-o contente, mesmo porque este é um dos mais importantes assuntos que um príncipe tenha que tratar* (Maquiavel, 1983: 107) [grifo nosso].

Assim, o príncipe deve ficar atento e não se aliar aos grandes, porque os grandes ou poderosos são seus rivais e desejam tomar o poder para si. Ao contrário, deve aliar-se ao povo e isso não é difícil: basta tê-lo como amigo e ser seu protetor.

Para Maquiavel “Ganhando a confiança do povo, o dirigente conquistou sua maior arma de defesa”. Caso contrário, “ele não encontrará capacidade de resistência nos momentos de adversidade” (Rodrigues, 1984: 32, 35).

No entender de Maquiavel, o povo é mais feliz quando se sente protegido por um benfeitor. A inimizade do povo seria um péssimo resultado para o príncipe por que envolve muitas pessoas, mas a dos grandes não o afeta tanto porque são poucos: é mais fácil se defender de poucos.

Nesse sentido, “aquele que só tem um pequeno número de inimigos pode viver seguro sem muita preocupação; mas quem é objeto de ódio geral nunca pode ter certeza de qualquer coisa (...). O caminho mais seguro é, portanto, procurar ganhar a afeição do povo” (Maquiavel, 1979: 70).

Para ele, um exemplo de reino bem organizado e governado que garante a liberdade do povo e dá segurança ao monarca é o francês. Lá se encontram inúmeras boas instituições, dentre as quais, o parlamento, que serve como um “escudo” do príncipe.

No entender do autor, quem instituiu aquele reino, sem dúvida, conhecia a ambição e a insolência dos poderosos e achou de bom tom impor-lhes um freio. Conhecia também o ódio que o povo tinha dos grandes, baseado no medo da opressão. Desse modo, desejando contornar essa situação e visando eximir o soberano da censura que, com certeza, nasceria ou dos grandes ou do povo, à medida que uma das categorias fosse beneficiada, preferiu que essa função não coubesse ao soberano. Estabeleceu-se, portanto, o parlamento, que, sem imposição

direta do rei, controlava os poderosos e protegia o povo. Sobre isso, Maquiavel destaca:

Entre os reinos bem organizados e governados nos nossos tempos está aquele de França. Nele existem inúmeras boas instituições, das quais dependem a liberdade e a segurança do rei; a primeira delas é o Parlamento com sua autoridade. Aquele que organizou esse reino, conhecendo a ambição dos poderosos e a sua insolência, julgando ser necessário pôr um freio para corrigi-los e, de outra parte, por conhecer o ódio da maioria contra os grandes com base no medo, desejando protegê-la mas não querendo fosse esse particular cuidado do rei, buscou dele retirar o peso da odiosidade dos grandes em sendo favorecido o povo ou deste ao dever apoiar os grandes; por isso, constituiu um terceiro juiz que fosse aquele que, sem responsabilidade do rei, contivesse os grandes e amparasse os pequenos. Essa ordem não podia ser melhor nem mais prudente, nem se pode negar seja a maior razão da segurança do rei e do reino. Daí pode-se extrair outra conclusão digna de nota: os príncipes devem atribuir a outrem as coisas odiosas, reservando para si aquelas de graça. *Novamente concluo que um príncipe deve estimar os grandes, mas não se fazer odiado pelo povo* (Maquiavel, 1983: 108) [grifo nosso].

Maquiavel destaca também outro ponto referente ao comportamento individual do príncipe, qual seja, o da arte de **escolher bem seus ministros**, ou seja, seus secretários.

Segundo Maquiavel, em geral, este é um dos primeiros erros cometidos pelos príncipes. Para ele, a escolha dos ministros é de extrema importância, uma vez que são eles que ajudam o príncipe a governar, que agem como “tentáculos” do Estado:

Não é de pouca importância para um príncipe a escolha dos ministros, os quais são bons ou não, segundo a prudência daquele. E a primeira conjuntura que se faz da inteligência de um senhor, resulta da observação dos homens que o cercam; quando são capazes e fiéis, sempre se pode reputá-lo sábio, porque soube reconhecê-los competentes e conservá-los. Mas, quando não são assim, sempre se pode fazer mau juízo do príncipe, porque o *primeiro erro por ele cometido reside nessa escolha* (Maquiavel, 1983: 129 - 130) [grifo nosso].

Assim, para Maquiavel, os ministros serão bons ou maus, de acordo com a prudência que o príncipe demonstra em sua escolha. A primeira impressão que se tem de um governante e de sua inteligência é conseqüência do comportamento dos homens que o cercam. Assim, quando estes são fiéis e eficientes, considera-se que o príncipe é sábio, pois foi capaz de reconhecer no ministro capacidade e fidelidade; caso contrário, pode-se fazer mau juízo do príncipe.

Maquiavel, ensina, portanto, como o príncipe deve fazer para identificar a natureza de um ministro:

(...) para que um príncipe possa conhecer o ministro, existe um método que não falha. Quando vires o ministro pensar mais em si do que em ti, e que em todas as ações procura o seu interesse próprio, podes concluir que este jamais será um bom ministro e nele nunca poderás confiar(...) (Maquiavel, 1983: 130).

Como a passagem acima evidencia, para que um príncipe reconheça se um ministro é bom ou não, é só observar se ele está mais preocupado consigo mesmo ou se com o príncipe.

Outro aspecto relacionado à questão dos ministros é que o príncipe deve observar se o ministro responde somente aquilo que ele (o príncipe) pergunta e quer saber, ou se fala além da conta (Maquiavel, 1983: 132).

Não aceitar sempre os conselhos do mesmo ministro também é fundamental para que este não se sinta superior à pessoa do príncipe. Como diz Maquiavel, “os bons conselhos, venham de onde vierem, devem nascer da prudência do príncipe, e não a prudência do príncipe resultar dos bons conselhos” (Maquiavel, 1983: 133). Isto é, no seu entender, o príncipe deve ter sempre o controle da situação.

Nesse sentido, Maquiavel afirma: “Convém nos aconselharmos com muitos a respeito das coisas que devemos fazer”, contudo, “devemos confiar a poucos aquilo

que queremos fazer” (Maquiavel, 1982: 38). Para ele, o príncipe não pode deixar que muitas pessoas saibam de seus planos, pois ele correria o risco de fracassar em seus intentos. Esta regra decorre da concepção de que “não é possível encontrar conselheiros diferentes, porque os homens sempre serão maus se por uma necessidade não forem tornados bons” (Maquiavel, 1983: 133).

Sobre essa questão, Pinzani (2004: 46) destaca que, para Maquiavel, “um príncipe prudente é o melhor conselheiro de si mesmo”, o que, para Pinzani (idem), representaria uma contradição: “ao afirmar isso, Maquiavel pode parecer pôr em questão o seu papel de conselheiro”. Porém, ele esclarece: Maquiavel “pensa evidentemente nos conselhos sobre questões particulares, não sobre as questões gerais, que são objeto do seu livro”.

Evitar adutores é outro aspecto importante do comportamento individual do príncipe. Segundo Maquiavel (1983: 131), os “adutores” jamais se preocupam com o príncipe, mas sempre consigo próprios; e “as cortes”, alerta, “estão repletas” deles.

Diante disso, de acordo com o autor (idem), não há outra forma de o príncipe se defender da adulação, a não ser fazendo as pessoas compreenderem que não existe ofensa ao falar a verdade. Mas, como isso não ocorre com esses homens da corte e, em razão de suas mentiras, complementa Pinzani (2004: 45) “Maquiavel admoesta o príncipe para que não confie nos adutores”.

Sendo assim, entendemos que, para Maquiavel, os adutores devem ser evitados, pois, quando surge uma oportunidade, eles são os primeiros a trair o príncipe.

Diante de todos esses conselhos e de tudo o que vimos até aqui, fica transparente que o príncipe novo, para Maquiavel, deveria se comportar de forma

diferenciada da maioria dos príncipes existentes na Itália, os quais, segundo ele, já não protegem, nem defendem seus súditos e nem sua propriedades. Em seu entender,

(...) são as ofensas contra a honra e o patrimônio que ferem mais profundamente os homens. Os príncipes devem evitá-las, pois não se pode despojar tão completamente um cidadão dos seus bens que não lhe reste um punhal para a vingança; nem se poderá desonrá-lo de tal modo que isto o empeça de vingar-se. A maneira mais eficaz de atacar a honra de um homem é ultrajar a sua esposa. Em seguida, atacar a ele próprio (...) (Maquiavel, 1979: 314).

Assim, as ofensas contra a honra e o patrimônio devem ser evitadas, pois elas ofendem profundamente os homens. Desta forma, para unificar a península, o príncipe precisa ser inovador, ser um homem de coragem, um líder que, de fato, proteja a propriedade alheia, respeite os súditos e suas mulheres. Isso é regra. Se não se comportar dessa forma se tornará:

Odioso (...) acima de tudo (...) o ser rapace e usurpador dos bens e das mulheres dos súditos, do que se deve abster; e, desde que não se tirem nem os bens nem a honra à universidade dos homens, estes vivem felizes e somente se terá de combater a ambição de poucos, o que se refreia por muitos modos e com facilidade. Desprezível o torna se considerado volúvel, leviano, afeminado, pusilânime, irresoluto, do que um príncipe deve guardar-se como de um escolho, empenhando-se para que nas suas ações se reconheça grandeza, coragem, gravidade e fortaleza; com relação às ações privadas dos súditos, deve querer que a sua sentença seja revogável; deve manter-se em tal conceito que ninguém possa pensar em enganá-lo ou traí-lo (Maquiavel, 1983: 105-106).

Nesse sentido, quando os súditos têm seu patrimônio e honra respeitados, vivem geralmente satisfeitos e felizes. Se o príncipe novo se empenhar para que suas ações testemunhem grandeza, força de ânimo, gravidade e fortaleza, ele conquistará o apreço do povo e o manterá animado, de modo que este, jamais se

sentindo enganado, ser-lhe-á sempre grato e o protegerá. Como vimos, esta é uma arma poderosíssima na conquista e na organização de um Estado.

Com base nesses conselhos, o príncipe adquire condições de ficar mais atento às inúmeras conspirações que ocorrem na península itálica, mas Maquiavel não reduz seus conselhos a este aspecto de seu comportamento. Ele se estende a orientar o príncipe a gerir os negócios do Estado Moderno; a se relacionar com seus compatriotas; a observar os interesses políticos, econômicos e sociais dos quais deve ser porta-voz; a definir de que classes deve se aproximar; e como deve ser a relação do Estado com a Igreja. Por se tratarem também de princípios por meio dos quais deve ser formado ou educado o novo príncipe, o príncipe moderno, essas serão as questões abordadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

O PRÍNCIPE DE MAQUIAVEL E O ESTADO MODERNO

Maquiavel (...) enfatizava a vida ativa em detrimento da contemplação (Rodrigo, 2002: 58).

Pretendemos, neste capítulo, abordar como deveria ser, na perspectiva de Maquiavel, o comportamento do novo príncipe, ou seja, do estadista italiano, diante dos interesses sociais vigentes. Nosso objetivo é abordar os interesses políticos, econômicos e sociais de que o príncipe moderno deveria ser porta-voz para obter êxito em suas ações.

3.1 O novo príncipe e o Estado Moderno

A primeira pergunta que se coloca, neste caso, é: o que é o Estado? De acordo com Wolff (1988), um Estado (do latim: *status*) é uma entidade definida por seu território, o qual é demarcado por fronteiras conhecidas por sua população, que, por sua vez, reconhece pertencer-lhe; possui um governo que dispõe de autoridade suprema e a exerce para assegurar a ordem pública e promover o bem geral.

Manter a paz e proteger a propriedade dos súditos, na sociedade concebida por Maquiavel, representam promover o bem geral. Para o autor, ao gerir os negócios e interesses do Estado e buscar promover o bem geral, o novo príncipe

deveria se comprometer realmente com as novas necessidades sociais e proporcionar aos seus súditos, entre muitos outros benefícios, a tão desejada segurança e proteção. Se assim o fizesse, eles o reconheceriam como uma autoridade qualificada para governar. Como diz Rodrigues (1984: 31), era “uma tradição que o poder político” fosse sempre exercido “em benefício dos próprios governantes”, por isso, “mesmo os dirigentes bem intencionados” corriam “o risco de serem envolvidos pela desconfiança”. Daí a importância de tal reconhecimento.

Nesse sentido, no dizer de Wolff (1988: 39), uma vez reconhecido como pessoa qualificada para governar, não só pelos seus súditos, mas também “pelo conjunto das nações”, o governante moderno poderia, entre muitas outras coisas, “cobrar impostos, administrar justiça, criar um exército” e “emitir moeda”, dispondo, assim, do “monopólio da autoridade suprema”. Em outras palavras, como observa Rodrigues (1984: 31), para Maquiavel, o governante teria que fazer “o povo crer em sua força”.

Como podemos ver, o surgimento do Estado moderno está intimamente ligado às novas necessidades históricas. Por isso, para Maquiavel, diante das mudanças na península itálica, configuradas na crise feudal e fortalecimento das instituições modernas, era imprescindível que o príncipe proporcionasse aos seus súditos condições para exercerem com tranquilidade e segurança suas atividades relacionadas ao comércio à agricultura, às artes e à ciência. Logo, é na busca por segurança que os habitantes do mundo feudal em crise “vêm-se forçados a constituir um estado” (Strayer, s/d: 10).

O comércio florescente exigia a uniformização de pesos, moedas, medidas, impostos, além de, como destaca Aranha (1993: 18), uma “legislação válida para todo o território, livre das arbitrariedades dos condes e duques mais poderosos”.

Atitudes como essas, segundo Maquiavel, incentivariam os súditos a praticar pacificamente suas atividades, de forma a aumentar seu patrimônio sem receio de que este lhes fosse tomado, nem onerado com tributos elevados:

Deve (...) um príncipe (...) animar os seus cidadãos a exercer pacificamente as suas atividades no **comércio**, na **agricultura** e em qualquer outra ocupação, de forma que o agricultor não tema ornar as suas propriedades por receio de que as mesmas lhe sejam tomadas, enquanto o comerciante não deixe de exercer o seu comércio por medo das taxas; deve, além disso, instituir prêmios para os que quiserem realizar tais coisas e os que pensarem em por qualquer forma engrandecer a sua cidade ou o seu Estado. Ademais, deve, nas épocas convenientes do ano, distrair o povo com festas e espetáculos. E, porque toda cidade está dividida em corporações de artes ou grupos sociais, deve cuidar dessas corporações e desses grupos, reunir-se com eles algumas vezes, dar de si prova de humanidade e munificência, mantendo sempre firme, não obstante, a majestade de sua dignidade, eis que esta não deve faltar em alguma coisa (Maquiavel, 1983: 126) [grifo nosso].

Defender os interesses políticos e econômicos, tanto os dos habitantes dos burgos quanto os dos habitantes do campo, era, portanto, condição necessária para o êxito do governante. Era necessário considerar que os camponeses e os cidadãos faziam parte daquele todo que se tornaria a futura Nação italiana, onde seus ganhos seriam múltiplos, mas recíprocos, isto é, um precisaria do outro para que a futura Nação crescesse e prosperasse. Nesse sentido, o legislador deveria trabalhar, acima de tudo, em favor dos interesses comuns da pátria, isto é, trabalhar em prol da grandeza e riqueza da sua cidade e de seu Estado.

É importante lembrarmos, também, que, conforme Huizinga (1978: 28), “No fim da Idade Média (...) a riqueza não tinha adquirido ainda a feição impalpável que o capitalismo, baseado no crédito, lhe daria mais tarde”. No entanto, não se pode negar que a riqueza já fazia parte dos ideais daquela sociedade. “No final da Idade Média as condições do poder alteraram-se pelo acréscimo da circulação da moeda e

o ilimitado campo aberto a quem quer que desejasse satisfazer a sua ambição de amontoar riqueza” (idem).

Sendo assim, zelar pela grandeza e riqueza de sua pátria, naquele momento, era essencial para o sucesso do príncipe. Por tudo isso, cabia ao novo príncipe, no entender de Maquiavel, ser porta-voz de seus governados. Isto é, lutar com afinco pelos novos ideais de seus súditos.

3.2 De quais interesses o príncipe deve ser porta-voz

No entender de Maquiavel, o príncipe deveria se aproximar daqueles que ansiavam por mudanças, isto é, dos novos seguimentos sociais que surgiam com o desenvolvimento urbano: agricultores livres, artistas e, sobretudo, a novíssima aristocracia mercantil, constituída por comerciantes, banqueiros, artesãos e negociantes. Isto porque estes setores enriqueciam e, conseqüentemente, enriqueciam a futura nação italiana; juntavam fortunas e por isso dispunham de recursos para novos empreendimentos.

Desta nova categoria ligada às atividades mercantis, diz Maquiavel, faziam parte “aqueles que possuem, ou pelo menos podem possuir todas as honrarias das quais os *outros* estão excluídos” (Maquiavel, 1979: 174) [grifo nosso].

Os “outros mencionados por Maquiavel na citação são os aristocratas feudais ou tradicionais, homens que possuíam castelos e viviam no ócio. A velha aristocracia feudal, formada pelos gentis-homens e que não acumulava riqueza, alguns deles sobreviviam de cargos de pensões concedidas pelos soberanos, eram também sustentados pelos frutos de seus bens e passavam seus dias em abundância “sem

preocupar-se com os meios de sobrevivência, como a agricultura ou outro trabalho qualquer” (Maquiavel, 1979: 172). Isto é, seus componentes não exerciam qualquer profissão. Mantinham um nível de vida superior às suas posses; com isso, endividavam-se e empobreciam a olhos vistos. Destes, recomenda o autor, o príncipe deveria se afastar.

Segundo ele, o ócio corrompe os costumes e a política, ou seja, a tranqüilidade gera o ócio e o ócio produz a desordem que leva à ruína (Maquiavel, 1998: 229). Por isso, enfatiza que o governante que quer se estabelecer num país onde há grande número de aristocratas “não terá êxito a não ser que os mate a todos” (Maquiavel, 1979: 173).

Talvez esta tenha sido a classe mais prejudicada com essa situação inovadora, uma vez que assistia ao desmoronar seus privilégios, enquanto outra classe se beneficiava dele. Para Maquiavel, entretanto, como pensador moderno, os aristocratas feudais ou barões feudais não passavam de “uma raça inimiga declarada das instituições civis” (Maquiavel, 1979: 172). Eram pessoas perigosas para todos os Estados.

A França, diferentemente da península itálica, “está hoje bem ordenada, ao contrário do que era naqueles tempos, porque está armada, experiente e unida” (Maquiavel, 1973: 189), e, se no passado a França não se encontrava unida, a culpa também era dos barões:

A coroa e os reis de França são hoje mais ricos e mais poderosos do que nunca (...) hoje todas as boas terras de França são da coroa e não dos seus barões particulares. Uma outra razão existe, poderosíssima, da força daquele rei: é que *no passado a França não estava unida devido aos poderosos barões* [esses] tudo ousavam e lhes bastava a vontade para se entregar a qualquer empreendimento contra os reis (...) (Maquiavel, 1973: 185) [grifo nosso].

Maquiavel recomenda que o novo príncipe italiano fique atento, acima de tudo, naqueles barões que “além de vantagens assinaladas, possuem castelos e vassalos sob suas ordens” (Maquiavel, 1979: 172), porque, reconhecendo-os como senhores, esses vassalos logicamente lhes dedicarão proteção e afeição. Entre esses barões feudais sempre existem aqueles descontentes com o príncipe e, em razão disso, podem facilmente formar alianças com o que deseja conquistar o principado. Daí mais uma razão para o príncipe preferir se aproximar da aristocracia mercantil: “nenhum deles é castelão ou tem súditos que o obedeçam” (Maquiavel, 1979: 173).

Vimos até aqui dois tipos de gentis-homens, o segundo tipo, ou seja, aquele que, além de não exercer nenhuma profissão, possui castelos e vassalos sob suas ordens, é o pior deles. Porém, Maquiavel menciona ainda um terceiro tipo: “os gentis – homens de negócio”. De acordo com Grazia (1993: 190 – 191), Maquiavel os defende porque “Não têm nenhum título aristocrático, salvo o de gentil-homem; não dispõem de nenhum poder de mando direto sobre os homens”, não têm grandes rendimentos, suas riquezas são fundadas no comércio e bens móveis. Maquiavel (1979: 173) explica porque os defende: “Talvez se apresente como exemplo contrário ao que afirmei (...) No entanto, este exemplo não prejudica minha assertiva”, pois existem também “gentiluomini” que “não possuem grandes rendas, produzidas por bens de raiz: suas riquezas são mercadorias e objetos”.

Como ele deixa claro, esse terceiro tipo é constituído por homens que comercializam, o que nos leva a concluir que Maquiavel despreza somente aquelas pessoas que vivem no ócio.

Diante do exposto, fica evidente que o monarca, para Maquiavel, precisa ter cautela na escolha de seus amigos. Saber de quais classes sociais e interesses econômicos

e políticos ele deve se aproximar ou se distanciar é uma questão importantíssima e, naquele momento, até mesmo decisiva.

3.3 A Igreja Católica e o caos italiano

A Igreja Católica, conforme brevemente evidenciamos no início deste trabalho, também foi responsabilizada por Maquiavel pelas desgraças dos italianos, porque suas instituições eram fracas política e militarmente e, mesmo assim, ela insistia em cuidar dos assuntos políticos dificultando a unificação italiana. Não estando, portanto, em sintonia com os novos tempos.

Além disso, Maquiavel identifica nela outro grande entrave para o crescimento econômico italiano. A seu ver, a religião existente na península só santificava pessoas inclinadas à contemplação e não à vida ativa:

Nossa religião (...) só santifica humildes, os homens inclinados à contemplação, e não à vida ativa. Para ela, o bem supremo é a humildade, o desprezo pelas coisas do mundo (...). *Se nossa religião nos recomenda hoje que sejamos fortes, é para resistir aos males, e não para incitarmos grandes empreendimentos* (Maquiavel, 1979: 199) [grifo nosso].

Efetivamente, a contraposição entre ação e contemplação, que resulta no desprezo pelas coisas do mundo, era bastante discutida na sociedade do século XVI. Por isso mesmo, como mostra Rodrigues (1984: 30), “Na sociedade moderna”, era “indispensável que o governante” conduzisse “a sociedade à ação”.

Nessa conjuntura, de nosso ponto de vista, esses acontecimentos são dos mais notáveis porque colocam em xeque a velha estrutura religiosa baseada mais na

contemplação do que na vida ativa. Os novos tempos incitam os homens a realizar grandes empreendimentos, como lemos há pouco na citação de Maquiavel.

A esse respeito, Gramsci (1984: 10) afirma que “o estilo de Maquiavel (...) é estilo de homem de ação, de quem quer impulsionar a ação”. A Igreja, embora tivesse desempenhado um papel importantíssimo no interior da Idade Média, tanto moral quanto intelectual, por ter dado direção aos homens, uma vez que a Igreja Católica serviu de meio de transmissão da cultura da antiguidade clássica para o mundo medieval, contribuindo para que o conhecimento não estagnasse e chegasse a sociedades futuras, passava por uma crise profunda. Os principados eclesiásticos, segundo Maquiavel, já não defendiam seus Estados e não governavam seus súditos: “Só estes possuem Estados e não os defendem; súditos, e não os governam” (Maquiavel, 1983: 65). No mesmo sentido, não proporcionavam à sociedade condições de se transformar em uma grande nação empreendedora; nem mesmo engrandeciam a fé dos homens. Em razão da má atuação da maioria de seus membros, dos abusos, corrupção e incapacidades organizacionais, verificadas não apenas na Itália, mas na Europa Ocidental como um todo, parte da Europa cristã tinha passado a recusar a autoridade do papa.

Os ideais da Reforma Protestante nasceram em razão da falta de religiosidade dos papas e prelados e do apego dos homens da Igreja às coisas terrenas. Lutero, embora pensando as questões políticas no âmbito da religião, não deixa de constatar tal desmoralização e desvirtuamento da Igreja e da religião:

(...) meus desgraçados senhores, o papa e os bispos, deveriam ser bispos [efetivos] e pregar a Palavra de Deus. Eles, porém, cessaram de fazê-lo e tornaram-se príncipes seculares, governando por meio de leis que dizem respeito apenas à vida e às possessões materiais. *Eles conseguiram colocar tudo de cabeça para baixo*: deveriam governar as almas com a Palavra de Deus, interiormente, e em vez disso governam castelos, burgos, regiões e povos, exteriormente, e

atormentam as almas com crimes inenarráveis. E os senhores temporais, que deveriam governar exteriormente regiões e povos, tampouco fazem; em vez disso, a única coisa que sabem fazer é tosar e tosquiar, empilhar uma taxa sobre outra, deixar à solta um urso aqui, um lobo mais adiante. *Não há entre eles boa-fé ou honestidade; gatunos e patifes comportam-se melhor do que eles: o governo secular atolou-se tão profundamente quanto o governo dos tiranos espirituais. Deus fez com que tivessem mentes perversas e privou-os de suas faculdades, de modo que desejam governar espiritualmente as almas, assim como as autoridades espirituais pretendem governar de modo mundano. E [o propósito de Deus em tudo isso é] que eles acumulem impensadamente sobre si mesmos os pecados dos outros, que recebam o ódio dele e o da humanidade, até que se arruinem juntamente com os bispos, os párocos e os monges, todos velhacos reunidos. E então eles atribuem toda a culpa ao evangelho, blasfemando contra Deus em vez de confessar sua própria culpa e dizendo que são nossas prédicas que fizeram isso, quando é sua iniquidade perversa que lhes causou isto, e eles o mereceram e continuam a merecê-lo; os romanos disseram exatamente a mesma coisa quando foram destruídos (Lutero, 1995: 44 – 45) [grifo nosso].*

Lutero manifesta, assim, seu descontentamento com as autoridades eclesiásticas que conseguiram colocar tudo de cabeça para baixo. Os príncipes atuais, diz Lutero, “tiveram a temeridade de colocar-se no lugar de Deus (...) e ainda insistem em serem chamados de “meus graciosos Senhores” (Lutero, 1995: 6 – 7).

Para Maquiavel (1998: 386), os papas demonstravam-se “lobos” e não “pastores”. Ele também vê a Igreja como a principal responsável por todos os abusos existentes na península, isto é, pelo fato de os italianos estarem imersos em conflitos, invasões bárbaras, sem rumo, sem religião e sem moral (Maquiavel, 1979: 62). Além dos papas e integrantes da Igreja não agirem de acordo com o que pregavam, não minimizavam nem um pouco as desgraças vividas pelos italianos; não as impediam; ao contrário, incitavam os tumultos e retardavam ainda mais a unificação italiana. Grazia destaca, nesse contexto, as discórdias que os prelados causavam entre os barões:

Abaixo dos papas estão os prelados e, segundo o diagnóstico de Niccolò em *O Príncipe*, os prelados da Itália foram tão perniciosos quanto os príncipes. Assim, os poderosos Orsini e Colonna, barões de Roma, “nunca ficarão sossegados (...) enquanto tiverem cardeais, porque estes alimentam as facções dentro e fora de Roma (...) e assim, da ambição dos prelados, nascem as discórdias e os tumultos entre os barões”. Os *Discursos* acusam os prelados e os “chefes da religião” não só de desonestidade, mas de descrença no julgamento divino: “*E assim eles fazem o pior que podem, porque não temem aquela punição [de Deus] que não vêem e em que não acreditam*” (1993: 98) [grifo nosso].

É por causa da má conduta da maioria dos homens da Igreja, os quais se mostravam sem fé e, como se não bastasse, multiplicavam as discórdias, que, segundo Maquiavel, a religião decaiu. Esses homens é que deveriam se tornar exemplo, como faziam os religiosos no princípio: “Se examinarmos o espírito primitivo da religião, observando como a prática atual dela se afasta, concluiríamos, sem dúvida, que chegamos ao momento de sua ruína e do seu castigo” (Maquiavel, 1979: 62). Por considerar a má atuação dos religiosos e todos os entraves provocados pela conduta dos homens, Maquiavel entende que a felicidade da Itália não depende mais da ação ou intervenção política da Igreja.

Como há quem pretenda que a felicidade da Itália dependa da Igreja de Roma, apresentarei contra essa Igreja várias razões que se oferecem ao meu espírito, dentre as quais duas extremamente graves, contra as quais, segundo penso, não há objeção possível. Em Primeiro lugar, os maus exemplos da corte romana extinguíram, neste país, a devoção e a religião, que trouxe como consequência *muitos inconvenientes e distúrbios*. E como em toda parte onde reina a religião se acredita na prevalência do bem, pela mesma razão se deve supor a presença do mal nos lugares onde ela desapareceu (Maquiavel, 1979: 62) [grifo nosso].

Entendemos que tudo isso aconteceu porque a Igreja, enquanto instituição formada por homens, foi, ao mesmo tempo, responsável por muitos inconvenientes e

distúrbios e vítima da desorganização social que caracterizou esse período histórico. Por isso, já não era um sustentáculo capaz de garantir a estabilidade, a unidade e a segurança aos italianos. Tornava-se necessário, pois, instituir uma forma de governo que se preocupasse, sobretudo, com as questões temporais, um governo dotado de todos os atributos humanos e que governasse com base nesses atributos. Podemos, então, compreender que os ideais humanos se modificam de acordo com as transformações históricas.

Entretanto, é importante ressaltar que Maquiavel não é alheio à Igreja e à religião. Grazia (1993: 99) alerta para o fato de que ele “Não desaprova o poder temporal da Igreja: o que ele critica é sua incompetência na hora de usá-lo”. Assim, a religião é vista por Maquiavel como um importante auxílio para os dirigentes de uma república ou de uma monarquia.

Os príncipes e as repúblicas que querem impedir a corrupção do estado devem manter sem alterações os ritos religiosos e o respeito que inspiram. O índice mais seguro da ruína de um país é o desprezo pelo culto dos deuses: o que será fácil de compreender se se souber o fundamento da religião do país; pois toda religião tem como base alguma instituição principal.

Os dirigentes de uma república ou de uma monarquia devem respeitar os fundamentos da religião nacional. Seguindo este preceito, ser-lhes-á fácil manter os sentimentos religiosos do Estado, a união e os bons costumes. Devem, ademais, favorecer tudo o que possa propagar esses sentimentos, mesmo que se trate de algo que considerem um erro. Quanto mais esclarecidos, e maior o seu conhecimento da ciência da natureza, mais firmemente devem agir assim.

É de tal comportamento, de homens sábios e esclarecidos, que nasceu a crença nos milagres, aceita por todas as religiões mesmo as falsas (...)

Se a religião se tivesse podido manter na república cristã tal como o seu divino fundador a estabelecera, os Estados que a professavam teriam sido bem mais felizes. Contudo, a religião decaiu muito. Temos a prova mais marcante desta decadência no fato de que os povos mais próximos da Igreja Romana, a capital da nossa religião, são justamente os menos religiosos. Se examinássemos o espírito

primitivo da religião, observando como a prática atual dela se afasta, concluiríamos, sem dúvida, que chegamos ao momento da sua ruína e do seu castigo (Maquiavel, 1979: 61, 62).

Para Maquiavel, portanto, os princípios religiosos inibem o comportamento desregrado dos homens, auxiliam na ordenação da sociedade e, conseqüentemente, em certa medida, contribuem para o seu desenvolvimento, mas entende também que a religião deveria ficar subordinada ao governante. Para Lutero, ao contrário, o poder temporal deve se subordinar ao religioso. Sobre isso, ele dispõe-se a orientar os príncipes seculares a serem cristãos, a alcançar o céu e fala de sua certeza: “a palavra de Deus não está dirigida e deturpada para *convir* aos príncipes; antes, são os príncipes que devem ser conduzidos por sua palavra” (Lutero, 1995: 61) [grifo nosso].

Já para Maquiavel, como vimos, manter os ritos religiosos é conveniente para que o príncipe possa se consolidar; os ritos religiosos tornam os homens governáveis. Além disso, devemos considerar que, de fato, naquela época se vivia num mundo cristão, no qual, além de a Igreja ser poderosa, os crentes em Deus eram muitos.

Como mostra Huizinga (1978: 141), no final da Idade Média, havia um enorme desdobramento da religião na vida diária: “a vida individual e social, em todas as suas manifestações, está saturada de concepções de fé”, e “não há objeto nem ação que não esteja constantemente relacionado com Cristo ou a salvação”.

Não é por acaso que Maquiavel fala sobre a necessidade de o príncipe manter as aparências:

(...) um príncipe novo (...) freqüentemente é obrigado, para manter o Estado, a agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade,

[contra a integridade], contra a religião (...), portanto, [ele] deve ter cuidado em não deixar escapar de sua boca nada que não seja repleto das cinco qualidades acima mencionadas, para parecer, ao vê-lo e ouvi-lo, todo piedade, todo fé, todo integridade, todo humanidade, todo religião; e *nada existe [de] mais necessário de ser aparentado do que esta última qualidade*. É que os homens em geral julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, porque a todos cabe ver mas poucos são capazes de sentir. Todos vêem o que tu aparentas, poucos sentem aquilo que tu és; e esses poucos não se atrevem a contrariar a opinião dos muitos que, aliás, estão protegidos pela majestade do Estado; e, nas ações de todos os homens, em especial dos príncipes, onde não existe tribunal a que recorrer, o que importa é o sucesso das mesmas. Procure, pois, um príncipe, vencer e manter o Estado: os meios serão sempre julgados honrosos e por todos louvados, porque o vulgo sempre se deixa levar pelas aparências e pelos resultados, e no mundo não existe senão o vulgo; os poucos não podem existir quando muitos têm onde se apoiar. Algum príncipe dos tempos atuais, que não convém nomear, não prega senão a paz e a fé, mas de uma e outra é ferrenho inimigo; uma e outra, se ele as tivesse praticado, ter-lhe-iam por mais de uma vez tolhido a reputação ou o Estado (Maquiavel, 1983:103) [grifo nosso].

Ou seja, o príncipe precisa conhecer todas as qualidades mencionadas (fé, caridade, humanidade, religião e integridade), isto é, as virtudes cristãs. No entanto, não precisa necessariamente interiorizá-las integralmente, a não ser aparentemente e em determinadas ocasiões. Lembremos-nos aqui da flexibilidade, isto é, da virtude política proposta por Maquiavel.

Assim, considerando o que foi afirmado anteriormente sobre a Igreja, o governo eclesiástico da época de Maquiavel também vive da aparência e, mesmo assim, consegue manter-se forte e preservar seus fiéis. Embora difunda as virtudes cristãs, não é isso o que predomina em sua prática, como também ficou evidente nas palavras de Lutero.

Se levarmos em consideração que as idéias são expressão das ações humanas, não podemos negar, portanto, que é na sua própria sociedade que

Maquiavel apreende o exemplo do que propõe. Ou seja, ele se fundamenta na história concreta.

Portanto, em face da impossibilidade de descartar os princípios cristãos, o príncipe novo deveria tê-los como referência; porém deveria colocar o desenvolvimento social sempre em primeiro plano. Desta forma, ele impediria que a Igreja interferisse nos assuntos políticos, assuntos esses que deveriam ser tratados pelo monarca, por uma única pessoa, pelo monarca único.

Embora viver de aparência não seja uma alternativa cem por cento “correta”, aos olhos de muita gente não deixa de ser uma alternativa. Se olharmos por esse ângulo, perceberemos a grandiosidade desse autor ao propor um caminho novo aos homens de seu tempo. Um tempo “escabroso” (Maquiavel, 2004: 98), mas repleto de inovações no âmbito econômico, político, religioso e social.

Não podemos deixar de destacar que “o próprio Maquiavel nota que as coisas que ele escreve são aplicadas, e foram sempre aplicadas, pelos maiores homens da História” (Gramsci, 1984: 11). Nesse sentido, ao ensinar ao novo príncipe como manter seu poder numa sociedade dividida por desejos diferenciados, isto é, como conviver da melhor maneira possível com todos os seus integrantes, Maquiavel demonstra ter discernimento.

Segundo Huizinga (1978: 274), um escritor francês que viveu entre os séculos XIV e XV teria assim se expressado:

Alguns perguntam-me todos os dias
O que penso eu dos tempos presentes,
E eu respondo: tudo são honras,
Lealdade, verdade e fé,
Liberalidade, heroísmo e ordem,
Caridade e progresso
Do bem comum: mas, por minha fé,
Eu não digo o que penso.
(Eustache Deschamps)

Fica evidente, nessa citação, que o autor declara não estar dizendo o que realmente pensa e se manifesta com ironia em relação às condições sociais em que vive. Depreende-se daí que tudo o que disse em sua poesia a respeito de seu tempo é uma inverdade. Como já mencionamos, para Maquiavel, o príncipe, muitas vezes, deve aparentar ser o que não é para viver bem com todos e trabalhar por eles. Acreditamos que essas são armas necessárias em determinados momentos históricos, por isso, de fato, o príncipe novo delineado por Maquiavel precisa conhecer profundamente como funciona o dinamismo social, isto é, precisa conhecer bem os homens. Essas são armas simuladoras? Sim, mas, no fundo, revelam que os homens clamam por mudanças. Assim, o que Maquiavel fez foi colocar-se à frente de um movimento de mudança em andamento; logo, ele escreve o que já está posto.

Então, será ele mesmo maquiavélico? Não seria ele um gênio? Talvez esse último atributo seja a mais coerente para as circunstâncias em que esse autor viveu e produziu suas obras.

Como assinala Gramsci, “Maquiavel é inteiramente um homem da sua época e a sua ciência política representa a filosofia do seu tempo, que tende à organização das monarquias nacionais absolutistas, a forma política que permite e facilita um desenvolvimento das forças produtivas burguesas” (1984: 15).

Por isso, podemos dizer que, ao tomar sua posição em face das condições históricas de seu tempo, ele imprime um novo sentido à política e ao poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, procuramos analisar o modelo de príncipe moderno proposto por Nicolau Maquiavel como o agente político que seria capaz de liderar a luta pela criação de uma ordem política unificada na Itália.

Como vimos, Maquiavel viveu no período de transição do mundo medieval para o moderno, quando a descentralização política que predominava no mundo medieval foi sendo gradualmente substituída pela centralização. Países como a França, a Espanha e a Inglaterra, no século XVI, já eram nações centralizadas politicamente, o que significava, entre outras coisas, que possuíam meios para proporcionar segurança a seus governados e, conseqüentemente, possibilitavam o crescimento do país.

Vimos ainda que, contrastando com essa realidade, a península itálica permanecia descentralizada, fragmentada politicamente e, portanto, não possuía um governo forte e único que proporcionasse segurança aos italianos. As cidades-estado italianas se encontravam mergulhadas em violentas lutas políticas e religiosas impulsionadas por interesses pessoais, além da situação caótica decorrente de invasões externas.

A compreensão desse cenário político italiano fragmentado foi fundamental para entendermos que o pensamento de Maquiavel expressa exatamente sua busca de soluções para tais problemas; são eles que o motivam a propor a educação de um novo príncipe. Para o autor, se o novo príncipe apreendesse as virtudes políticas descritas por ele em sua obra **O Príncipe**, poderia unificar a península e acabar com o sofrimento dos italianos.

Vimos que a educação desse novo príncipe para torná-lo virtuoso passaria pelo refreamento de comportamentos que se colocavam como socialmente condenáveis e pelo reforço de comportamentos necessários aos novos tempos, os quais, por sua vez, orientados por novas relações comerciais, exigiam uma nova forma de política a elas adequada. Assim, o surgimento do Estado moderno esteve intimamente ligado às transformações econômicas da época.

Essa nova política deveria provir da razão, porque a fé, por si só, já não conseguia mais manter a ordem social. Em consequência, o príncipe virtuoso deveria usar de todos os meios possíveis para contornar a situação caótica causada, segundo Maquiavel, pela imperfeita condição humana, ou seja, pela *ignávia* dos líderes políticos italianos e pela maldade dos homens em geral.

Para ele, nas circunstâncias do século XVI, a força, não somente a física (guerra), mas também a da razão, era o único meio de se restabelecer a ordem. No entanto, sua aplicação exigia que o governante fosse virtuoso. Esse novo príncipe deveria, então, ser portador da sabedoria, a qual seria adquirida por meio do estudo da história, do conhecimento das ações realizadas por homens excelentes e, sobretudo, da reflexão sobre essas ações.

Assim, por meio da experiência histórica, o príncipe aprenderia a conquistar e a manter um Estado. Ao aprender como os grandes homens se comportavam nas guerras, ao observar as razões das suas vitórias e derrotas, ele poderia imitar as primeiras e evitar as segundas.

Esta sabedoria lhe permitiria evitar o pior dos erros, erro esse que, segundo Maquiavel, era praticado pelos governantes italianos: confiar em forças mercenárias formadas por estrangeiros – homens incapazes de lutar com fidelidade e respeito pelas causas italianas e que só ambicionam o salário pago pelos seus serviços. Para

Maquiavel, um príncipe, cujo Estado é baseado em forças mercenárias, jamais poderá se sentir seguro, pois elas são desunidas, indisciplinadas e ambiciosas.

Por falta de um governo forte dotado de armas próprias, a península estava inundada pela corrupção e também esfacelada pela má conduta dos homens, portanto, não havia outra solução para a Itália a não ser a restauração da ordem e da prosperidade por meio da educação de um novo príncipe.

Em síntese, este estudo das lições de Maquiavel revela-nos que a nítida mudança do comportamento dos homens de sua época e também seu aprimoramento intelectual foram uma forma de ajuste às transformações sociais de seu tempo. Mas ele nos revela mais que isso, ele nos mostra também uma preciosidade: a capacidade que os homens têm para intervir nos rumos de sua vida.

Concluimos, afirmando que este trabalho constitui uma parte importante na construção do nosso conhecimento acerca do homem, da educação e da sociedade. Gostaríamos, pois, de finalizar este trabalho com uma citação de Maquiavel:

A matéria da história é escabrosa (...) se (...) um frade astuto, um parasitado matreiro e corrupto irão ser hoje o vosso passatempo, não culpeis o autor e, sim, seu tempo (Maquiavel, 2004: 98).

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

AQUINO, Santo Tomás de. *Escritos Políticos*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUTERO, Martinho. Sobre a autoridade secular. In: Lutero, M.; Calvino, J. *Sobre a Autoridade Secular*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MAQUIAVEL, Nicolau. *A Arte da Guerra. A vida de Castruccio Castracani. Belfagor, o Arquidiabo. O Príncipe*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

_____, *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

_____, *História de Florença*. São Paulo: Musa Editora, 1998.

_____, *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____, *O Príncipe, Escritos Políticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____, Carta a F. Vettori, de 10/12/1513. In: *O Príncipe. Escritos Políticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____, *A Mandrágora, Belfagor. O Arquidiabo*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

FONTES SECUNDÁRIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Maquiavel a Lógica da Força*. São Paulo: Moderna, 1993.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRAZIA, Sebastian de. *Maquiavel no inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HUIZINGA, Johan. *O Declínio da Idade Média*. São Paulo, 1978.

PINZANI, Alessandro. *Maquiavel & O Príncipe*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

RODRIGO, Lídia Maria. *Maquiavel: educação e cidadania*. Petrópolis: Vozes, 2002.

RODRIGUES, Neidson. *Lições do príncipe e outras lições*. São Paulo: Cortez, 1984.

SACRO Império Romano-Germânico. In: ALMANAQUE Abril: enciclopédia de atualidades 2006, mundo. São Paulo: Abril, 2006. p. 88.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem *Fortuna*, o intelectual de *virtù*. In: WEFFORT, Francisco C. (org). *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 2004.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STRAYER, Joseph R. *As origens medievais do Estado Moderno*. Lisboa: Gradativa, s/d.

WEFFORT, Francisco C. (org). *Os clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 2004.

WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?*
São Paulo: Martins Fontes, 1988.